





Fecomércio - 31/07/2020

Índice

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - ODONTOSESC /

Fecomércio: OdontoSesc inicia atendimento na Zona Norte de Natal 9

Notícias - 30/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

62,4% das empresas foram afetadas negativamente pela pandemia, aponta IBGE 11

Notícias - 30/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Fecomércio prossegue entrega de mais de 15 mil cestas básicas no Estado 13

Notícias - 30/07/2020

Pádua Campos | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Bares e restaurantes do RN poderão vender bebidas alcoólicas a partir do dia 5 de agosto 15

Notícias - 30/07/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Banco Central anuncia lançamento da nota de R\$ 200 17

Notícias - 30/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Pacto pela Vida: Governo vai reforçar apoio à fiscalização no litoral neste final de semana 18

Notícias - 30/07/2020

Salomão Medeiros | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Pacto pela Vida: Governo vai reforçar apoio à fiscalização no litoral neste final de semana 20

Notícias - 30/07/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Sistema Fecomércio RN prossegue entrega de mais de 15 mil cestas básicas no estado, beneficiando agora quase 600 famílias na capital 23

Notícias - 30/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Por novo tributo, Guedes cogita maior isenção do IR e desoneração de 25% em folhas de pagamento 25

Noticias - 30/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo estuda desonerar salários em até 25% em troca de imposto digital 27

Noticias - 30/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira 28

Notícias - 30/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Câmara Municipal cancela sessão para votação de nova previdência em Natal 29

Noticias - 30/07/2020

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Em esforço de transparência, TikTok vai permitir que especialistas acessem seu algoritmo 31

Noticias - 30/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo estuda desonerar todos os salários em até 25% em troca de imposto digital 33

Notícias - 30/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Programa que libera crédito a pequenas e médias empresas via maquininha vai à sanção presidencial 36

Notícias - 30/07/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitura de Natal (RN) paga folha de julho nesta quinta-feira (30) 38

Noticias - 30/07/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitura do Natal paga folha de julho nesta quinta-feira

ciudades - 30/07/2020

39

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

PIB dos EUA recua 32,9% no 2º trimestre, pior resultado desde a Grande Depressão

Notícias - 30/07/2020

40

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Contas do governo têm rombo de R\$ 417 bi, no pior 1º semestre em 24 anos

Notícias - 30/07/2020

42

Pádua Campos | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Para arrecadar R\$ 120 bilhões, a nova CPMF será mais abusiva do que a anterior

Noticias - 30/07/2020

44

Rosalie Arruda | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira

Noticias - 30/07/2020

46

Tribuna do Norte - Blogs | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

SABOR QUE RESISTE

Notícias - 30/07/2020

47

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira

Notícias - 30/07/2020

49

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Para criar nova CPMF, Guedes afirma que isenção do IR será maior

Noticias - 30/07/2020

50

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo estuda desonerar todos os salários em até 25% em troca de imposto digital 52
Notícias - 30/07/2020

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira 53
Notícias - 30/07/2020

Blog Suébster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira 54
Notícias - 30/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar fecha em leve queda com dados fracos sobre economia nos EUA 55
Notícias - 30/07/2020

Potengi na Internet | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo estuda desonerar todos os salários em troca de imposto 56
Notícias - 30/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Agricultores afetados por ciclone terão juros do Pronaf reduzidos 59
Notícias - 30/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Maia chama a 'nova CPMF' de 'jeitinho' e declara voto contra se governo enviar proposta 61
Notícias - 30/07/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Toffoli suspende lei do RN que interrompia cobrança de consignados de servidores 64
Notícias - 30/07/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar fecha em leve queda com dados fracos sobre economia nos EUA: bolsa caiu 0,56% um dia após fechar no maior nível desde março 66
Notícias - 30/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Toffoli suspende normas que interrompiam pagamento de consignado durante a pandemia 68
Notícias - 30/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Petrobras fecha o segundo trimestre com prejuízo de R\$ 2,7 bilhões 70
Notícias - 30/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Recuperação vem lenta 72
Notícias - 31/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Congresso libera igrejas para contratar crédito subsidiado para pagar salários 75
Notícias - 30/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

MP que permite saque extraordinário do FGTS vai à votação no Senado 77
Notícias - 31/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Câmara cancela sessão para votar a Previdência 80
Notícias - 31/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

PECs adiadas 82
Notícias - 31/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Toffoli suspende lei do RN que interrompia pagamento de crédito consignado durante a pandemia 84
Notícias - 30/07/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Toffoli suspende lei do RN que interrompia pagamento de crédito consignado durante a pandemia 86

Noticias - 30/07/2020

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Plástico nos oceanos pode chegar a 600 milhões de toneladas em 2040 88

Noticias - 31/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Senac RN realiza live sobre estratégias para o varejo nas plataformas digitais 90

Noticias - 30/07/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Gestantes assistidas pelo programa Cidadão-Bebê na LBV recebem enxovais no enfrentamento à pandemia 91

Noticias - 30/07/2020

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Senac/RN: Entidade realiza 'live' sobre estratégias para o varejo nas plataformas digitais 93

Noticias - 30/07/2020

Fecomércio: OdontoSesc inicia atendimento na Zona Norte de Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Versátil News

A unidade móvel de saúde bucal do **Sesc RN**, **OdontoSesc**, estaciona no dia 11 de agosto, no Sesc Zona Norte, para oferecer assistência odontológica ao trabalhador do comércio e seus dependentes. Para evitar aglomerações, os agendamentos serão realizados pelo telefone (84) 3214-7350, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h.

Os atendimentos acontecem nas terças e quintas-feiras, das 7h às 13h, na **OdontoSesc**. A iniciativa amplia a oferta do serviço, que além da clínica no Tirol, passará a ser oferecido também na Zona Norte de Natal.

O serviço oferecido na unidade móvel é exclusivo aos trabalhadores do comércio e seus dependentes, que conta com a qualidade Sesc a preços subsidiados. Os procedimentos envolvem tanto a parte curativa (restauração, extração), quanto a preventiva com as ações de educação em saúde.

Desde 1990, o Sistema Fecomércio, por meio do **Sesc RN**, oferece o atendimento em saúde bucal em suas clínicas fixas, localizadas em Natal (Tirol), Macaíba e Mossoró, além da unidade móvel, **OdontoSesc**.

OdontoSesc

A **OdontoSesc** é uma unidade móvel equipada com aparelhos de ponta. Possui quatro consultórios, sala de esterilização, de escovação e de raios-X com revestimento, som ambiente e acessibilidade. Em virtude da pandemia, a capacidade operacional será de 50%, equivalente a dois consultórios em funcionamento.

Desde 2001, ano em que começou a atuar a **OdontoSesc** realizou quase 450 mil atendimentos, precisamente 449.358 atendimentos, entre procedimentos clínicos e atividades curativas, em 31 cidades potiguares.

Serviço:

O quê? **OdontoSesc** na Zona Norte de Natal (RN)

Agendamento de consultas? Telefone da

Central de Relacionamento do Sesc Zona Norte. (84) 3214-7350, segunda a sexta-feira, das 8h às 16h.

Atendimentos? Terças e quintas-feiras, das 7h às 13h.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - ODONTOSESC

62,4% das empresas foram afetadas negativamente pela pandemia, aponta IBGE



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A pandemia de covid-19 afetou negativamente as atividades de 62,4% das 2,8 milhões de empresas em funcionamento na segunda quinzena de junho. Para 22,5% das empresas o efeito foi pequeno ou inexistente e para 15,1% foi positivo. Os dados constam da Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas divulgada hoje (30) e fazem parte das Estatísticas Experimentais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O impacto foi maior em empresas de pequeno porte, com até 49 funcionários, o maior contingente da amostra, em que 62,7% perceberam efeitos negativos, ante 46,3% das de porte intermediário, com até 499 funcionários, e 50,5% entre as de grande porte,

com 500 funcionários ou mais.

As empresas do setor de serviços foram as que mais sentiram impactos negativos (65,5%), com destaque para o segmento de serviços prestados às famílias (86,7%). No comércio, 64,1% relataram efeitos negativos e na construção, 53,6%. No setor industrial, 48,7% das empresas informaram ter tido impacto negativo, enquanto para 24,3% o efeito foi pequeno ou inexistente e para 27% o impacto nessa quinzena foi positivo.

Por grandes regiões, os efeitos continuaram negativos para 72% das empresas no Nordeste, 65% no Sudeste e 63% no Centro-Oeste. As regiões Norte e Sul apresentaram os maiores percentuais de empresas que declararam que os efeitos foram inexistentes (27,4% e 30,9%, respectivamente) ou positivos (24,5% e 15,2%) ao final da quinzena.

De acordo com o coordenador de Pesquisas Conjunturais em Empresas do IBGE, Flávio Magheli, de maneira geral, permanece a percepção de dificuldade do impacto geral da pandemia sobre as empresas. 'Essa percepção está concentrada nas empresas de menor porte, mas também aparece disseminada seja por atividade econômica seja pela localização no território'.

Segundo o IBGE, os resultados da segunda rodada da pesquisa refletem as percepções das empresas em funcionamento ao final da segunda quinzena de junho em comparação à primeira quinzena, cujos resultados foram divulgados no último dia 16.

Estadão Conteúdo

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Fecomércio prossegue entrega de mais de 15 mil cestas básicas no Estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Sistema Fecomércio, por meio do programa **Mesa Brasil** do Sesc, continua com a entrega de um total de mais de 15 mil cestas básicas a entidades beneficentes de todo o RN. Nesta sexta (31), será a vez de quase 600 famílias da capital, Natal, receberem as cestas básicas. Por meio do Sesc, a entidade fará a entrega dos mantimentos arrecadados pelo Festival Fome de Música, projeto nacional lançado em abril passado, que contempla shows musicais online nos quais o público pode realizar doações de alimentos e em dinheiro. Toda a contribuição em dinheiro é repassada ao programa **Mesa Brasil** Sesc, que fica responsável por adquirir os alimentos e distribuir para entidades sociais.

Vão ser entregues agora mais de três toneladas de alimentos a famílias e instituições cadastradas na CDL Natal, Centro de Atividades e Lazer da Melhor Idade (Calmi), Cooperativa de Produção Artesanal do Crutac e Associação dos Motoqueiros Profissionais da Cidade da Esperança. De março até o dia 15 de julho, o **Mesa Brasil Sesc RN** arrecadou 633 toneladas em doações e 184.510 pessoas foram beneficiadas.

A ação completa beneficia 84 instituições cadastradas no programa **Mesa Brasil** do Sesc, em 15 municípios potiguares.

Sobre o **Mesa Brasil** RN

Implementado em 2003 no **Sesc RN**, o programa é uma rede nacional de solidariedade que desenvolve ações de segurança alimentar e nutricional. É uma ação conjunta que integra Sesc, empresas e instituições sociais no combate à fome e ao desperdício de alimentos, com um papel proativo e socialmente responsável. Paralelamente, desenvolve ações educativas (oficinas de reaproveitamento de alimentos) e exercício da cidadania.

Serviço

Rota da entrega de cestas básicas - **Mesa Brasil** Sesc em Natal - 31.07.2020

Entrega na CDL - 9h

Rua Ceará Mirim, 322 - Tirol

Entrega no Calmi - 9h30

Av. Paraíba, 3 - Cidade da Esperança

Entrega na Cooperativa de Produção Artesanal
do Crutac - 10h

Av. Jerônimo Câmara, 2994 - Nazaré

Entrega na Associação dos Motoqueiros
Profissionais da Cidade da Esperança - 10h30

Rua dos Potiguares, 4063 - Cidade Nova

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -
SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA
BRASIL**

Bares e restaurantes do RN poderão vender bebidas alcoólicas a partir do dia 5 de agosto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

A partir do dia 5 de agosto, bares e restaurantes poderão funcionar em todo o estado, inclusive com a venda de bebidas alcoólicas. A autorização está na Portaria Conjunta nº 15/2020, publicada no dia 27 de julho, pelo Gabinete Civil e Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Econômico e de Saúde, e se refere aos segmentos do grupo Alimentação II, especificados na Fração 1 da Fase 3 do Plano de Retomada Gradual da Economia do Estado. Os estabelecimentos contemplados neste momento são os restaurantes, lanchonetes e food parks, com área acima de 300m², além dos bares e barracas de praia.

O documento traz observações específicas para os setores de food park, que não poderão dispor de mesas e cadeiras em espaço superior a 300 m² para facilitar a sanitização e controle de acesso pelos usuários; e também devem indicar obrigatoriamente um responsável pelo empreendimento, que aplicará e fiscalizará a adoção do protocolo, respondendo perante aos órgãos de controle e fiscalização. Caso não seja identificado o responsável legal, os órgãos de fiscalização poderão determinar o esvaziamento e fechamento do espaço imediatamente.

Os bares e as barracas de praia também têm orientações particulares. Devem obedecer ao distanciamento mínimo de 2 metros entre as mesas, reforçando a higienização das mesmas e repetindo o procedimento para cada mesa encerrada e antes de receber novos clientes; e respeitar o limite máximo de 4 pessoas por mesa. O cliente somente poderá retirar a máscara para realizar as refeições.

Fecomércio disponibiliza protocolos para impressão

Além disso, os estabelecimentos devem seguir todos os protocolos (gerais e específicos) já divulgados pelo Executivo estadual para os setores que compõem o grupo Alimentação II e Bares, que podem ser acessados na plataforma criada pela Fecomércio RN, através do endereço fecomerriorn.com.br/cuidandodorn.

No site, o empresário pode pesquisar o protocolo do seu segmento, personalizar com os dados da sua empresa.

O passo seguinte é enviar o documento preenchido para o e-mail analiseprotocolo@fecomerciorn.com.br e aguardar a validação da Fecomércio, que é praticamente imediata. Após o retorno da Federação, com o protocolo já referendado pela entidade, os empreendedores deverão imprimir o protocolo personalizado e deixar em local de fácil acesso e visualização em seu estabelecimento, podendo, inclusive, apresentá-lo em caso de fiscalização realizada pelos órgãos públicos.

Em caso do não cumprimento das regras, o estabelecimento está sujeito a interdição até a adequação às normas sanitárias. O responsável legal do estabelecimento poderá ser responsabilizado na esfera penal por crime contra a saúde pública.

Agora RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio: Banco Central anuncia lançamento da nota de R\$ 200



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A partir do fim de agosto, os brasileiros poderão circular com um novo tipo de cédula. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou hoje (29) a criação da nota de R\$ 200.

A cédula terá como personagem o lobo-guará, espécie que ficou em terceiro lugar em uma pesquisa realizada pelo BC sobre quais animais em extinção deveriam ser representadas em novas cédulas. O anúncio foi feito pelo Banco Central (BC), que convocou uma entrevista coletiva para apresentar a nova nota.

A diretora de administração do Banco Central,

Carolina de Assis Barros, disse que o lançamento da nova nota é uma forma de a instituição agir preventivamente para a possibilidade de aumento da demanda da população por papel moeda.

Segundo o BC, entre março e julho deste ano, um dos efeitos econômicos da pandemia de covid-19 foi o aumento de R\$ 61 bilhões no entesouramento de moeda, ou seja, notas que deixaram de circular porque a população deixou o dinheiro em casa.

De acordo com a diretora, não há falta de numerário no mercado, mas o BC entende que o momento é oportuno para o lançamento da nova cédula diante da possibilidade de aumento na demanda.

'Estamos vivendo neste momento um período de entesouramento, efeito derivado da pandemia. O Banco Central nesse momento não consegue precisar por quanto tempo os efeitos do entesouramento devem perdurar', disse a diretora.

Em entrevista coletiva, Carolina também afirmou que a imagem da nota de R\$ 200 ainda não está disponível porque está na fase final de testes de impressão. O lançamento está previsto para o final de agosto deste ano.

Segundo o BC, a tiragem em 2020 será de 450 milhões de unidades, equivalentes a R\$ 90 bilhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Pacto pela Vida: Governo vai reforçar apoio à fiscalização no litoral neste final de semana



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Dando continuidade às ações com o objetivo de reforçar o cumprimento dos protocolos de retomada das atividades econômicas nas cidades litorâneas do Rio Grande do Norte, a governadora Fátima Bezerra se reuniu com prefeitos, prefeitas e representantes de 23 municípios praianos na tarde desta quinta-feira (30). A pauta da reunião foi o alinhamento das ações de apoio à fiscalização planejadas para o próximo final de semana para evitar aglomerações nas praias e proximidades, conforme já registrado em finais de semana anteriores. A meta é reduzir ainda mais a taxa de transmissão e de novos casos da Covid-19 e fazer com que as ações do Estado sejam cada vez mais eficientes.

Para isso, novamente, por meio do Pacto Pela Vida, o Governo do RN vai disponibilizar diversas equipes da Força de Segurança do Estado (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros) para apoiar e fortalecer os efetivos de policiais e de agentes de saúde dos municípios. 'O governo tem a responsabilidade, nesse exato momento, de executar essas ações integradas de fiscalização para que haja o cumprimento rigoroso das medidas sanitárias para que possamos dar continuidade a essa retomada com segurança e responsabilidade e evitar que o Estado retroceda nesse processo. Há cinco semanas o RN registra diminuição de casos confirmados e de óbitos em nível nacional. É fruto do nosso trabalho de parceria firmada com as prefeituras. De um lado, o investimento na assistência à Saúde, com a ampliação de leitos por todo o RN; e de outro, a adoção ao isolamento e distanciamento social. Isso significa preservar a vida dos potiguares. Assim vamos retomando gradualmente e de modo seguro a economia', disse a governadora, confirmando que agora, mais do que nunca, todos os Poderes e a sociedade estão desafiados a manter os bons resultados que vêm sendo obtidos contra a pandemia.

Na oportunidade, Fernando Mineiro, secretário de Gestão de Projetos e Metas do Governo, coordenador da articulação do Pacto pela Vida, falou que ações das forças de segurança também deverão acontecer no interior, 'especialmente nas áreas de barragem e lagoas, onde recebemos notícias que a população tem procurado bastante e de modo desordenado', pontuou.

O secretário estadual de Saúde Pública, Cipriano Maia, reiterou aos participantes que, embora o Estado esteja em um momento de fazer jus à conquista da redução dos índices de transmissão e ao declínio de casos e óbitos por coronavírus, registrados na maioria das regiões, não vivemos um momento de relaxamento, pois a pandemia não acabou. 'Precisamos ficar mais alertas do que já estamos, pois se não contermos a tendência da população em se aglomerar, corremos sérios riscos do aumento de casos', enfatizou.

Eudo Rodrigues Leite, Procurador-Geral de Justiça do RN, destacou que o momento atual da pandemia coroa o trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado, das prefeituras e da parte da população que colabora com o distanciamento social. 'Percebemos que os prefeitos estão conscientes e disponíveis para dialogar e articular com o Governo do Estado no intuito comum de fiscalizar, no sentido de orientar a população sobre os protocolos sanitários essenciais para o momento. O Estado chega a um patamar, a uma posição de destaque nacional com relação à pandemia', destacou.

As prefeitas de Areia Branca, Iraneide Mendonça, e de Canguaretama, Fátima Marinho, agradeceram a parceria com o Governo do RN e com o Ministério Público no combate à pandemia que tem apresentado resultados positivos em seus municípios. As duas gestoras relataram que o número de casos e de mortes se encontram em queda em seus municípios. 'Não conseguiríamos conter a população sem esse apoio adicional da Polícia Militar', acrescentou Iraneide.

Acompanharam a governadora na reunião o vice-governador Antenor Roberto; o secretário estadual de Segurança, Coronel Francisco Araújo; o comandante geral da Polícia Militar, Coronel Alarico Azevedo; e a subsecretária de Turismo do RN, Solange Portela. Representando o setor produtivo estavam o presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**; o presidente da Abrasel-RN, Artur Fontes; e o diretor técnico do Sebrae RN, João Hélio Cavalcanti.

Estiveram presentes os seguintes prefeitos: Iraneide Xavier Cortez Rodrigues Rebouças (Areia Branca), Adeilson Gomes de Oliveira (Baía Formosa), Maria de Fátima Borges Marinho (Canguaretama), Joaz Oliveira Mendes da Silva (Extremoz), Túlio Bezerra Lemos (Macau) e Francisco de Assis Pinheiro de Andrade (Touros). Também estiveram presentes representantes das prefeituras de Parnamirim, Ceará Mirim, Natal, São Miguel do Gostoso, Georgino Avelino, Galinhos, Guamaré, Tibau do Sul, Caiçara do Norte, Maxaranguape, Nísia Floresta, Porto do Mangue, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Bento do Norte e Tibau.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Pacto pela Vida: Governo vai reforçar apoio à fiscalização no litoral neste final de semana



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog Salomão Medeiros

Dando continuidade às ações com o objetivo de reforçar o cumprimento dos protocolos de retomada das atividades econômicas nas cidades litorâneas do Rio Grande do Norte, a governadora Fátima Bezerra se reuniu com prefeitos, prefeitas e representantes de 23 municípios praianos na tarde desta quinta-feira (30).

A pauta da reunião foi o alinhamento das ações de apoio à fiscalização planejadas para o próximo final de semana para evitar aglomerações nas praias e proximidades, conforme já registrado em finais de semana

anteriores. A meta é reduzir ainda mais a taxa de transmissão e de novos casos da Covid-19 e fazer com que as ações do Estado sejam cada vez mais eficientes.

Para isso, novamente, por meio do Pacto Pela Vida, o Governo do RN vai disponibilizar diversas equipes da Força de Segurança do Estado (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros) para apoiar e fortalecer os efetivos de policiais e de agentes de saúde dos municípios.

'O governo tem a responsabilidade, nesse exato momento, de executar essas ações integradas de fiscalização para que haja o cumprimento rigoroso das medidas sanitárias para que possamos dar continuidade a essa retomada com segurança e responsabilidade e evitar que o Estado retroceda nesse processo. Há cinco semanas o RN registra diminuição de casos confirmados e de óbitos em nível nacional. É fruto do nosso trabalho de parceria firmada com as prefeituras.

De um lado, o investimento na assistência à Saúde, com a ampliação de leitos por todo o RN; e de outro, a adoção ao isolamento e distanciamento social. Isso significa preservar a vida dos potiguares. Assim vamos retomando gradualmente e de modo seguro a economia', disse a governadora, confirmando que agora, mais do que nunca, todos os Poderes e a sociedade estão desafiados a manter os bons resultados que vêm sendo obtidos contra a pandemia.

Na oportunidade, Fernando Mineiro, secretário

de Gestão de Projetos e Metas do Governo, coordenador da articulação do Pacto pela Vida, falou que ações das forças de segurança também deverão acontecer no interior, 'especialmente nas áreas de barragem e lagoas, onde recebemos notícias que a população tem procurado bastante e de modo desordenado', pontuou.

O secretário estadual de Saúde Pública, Cipriano Maia, reiterou aos participantes que, embora o Estado esteja em um momento de fazer jus à conquista da redução dos índices de transmissão e ao declínio de casos e óbitos por coronavírus, registrados na maioria das regiões, não vivemos um momento de relaxamento, pois a pandemia não acabou.

'Precisamos ficar mais alertas do que já estamos, pois se não contermos a tendência da população em se aglomerar, corremos sérios riscos do aumento de casos', enfatizou.

Eudo Rodrigues Leite, Procurador-Geral de Justiça do RN, destacou que o momento atual da pandemia coroa o trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado, das prefeituras e da parte da população que colabora com o distanciamento social.

'Percebemos que os prefeitos estão conscientes e disponíveis para dialogar e articular com o Governo do Estado no intuito comum de fiscalizar, no sentido de orientar a população sobre os protocolos sanitários essenciais para o momento. O Estado chega a um patamar, a uma posição de destaque nacional com relação à pandemia', destacou.

As prefeitas de Areia Branca, Iraneide Mendonça, e de Canguaretama, Fátima

Marinho, agradeceram a parceria com o Governo do RN e com o Ministério Público no combate à pandemia que tem apresentado resultados positivos em seus municípios. As duas gestoras relataram que o número de casos e de mortes se encontram em queda em seus municípios. 'Não conseguiríamos conter a população sem esse apoio adicional da Polícia Militar', acrescentou Iraneide.

Acompanharam a governadora na reunião o vice-governador Antenor Roberto; o secretário estadual de Segurança, Coronel Francisco Araújo; o comandante geral da Polícia Militar, Coronel Alarico Azevedo; e a subsecretária de Turismo do RN, Solange Portela.

Representando o setor produtivo estavam o presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**; o presidente da Abrasel-RN, Artur Fontes; e o diretor técnico do Sebrae RN, João Hélio Cavalcanti.

Estiveram presentes os seguintes prefeitos: Iraneide Xavier Cortez Rodrigues Rebouças (Areia Branca), Adeilson Gomes de Oliveira (Baía Formosa), Maria de Fátima Borges Marinho (Canguaretama), Joaz Oliveira Mendes da Silva (Extremoz), Túlio Bezerra Lemos (Macau) e Francisco de Assis Pinheiro de Andrade (Touros).

Também estiveram presentes representantes das prefeituras de Parnamirim, Ceará Mirim, Natal, São Miguel do Gostoso, Georgino Avelino, Galinhos, Guamaré, Tibau do Sul, Caiçara do Norte, Maxaranguape, Nísia Floresta, Porto do Mangue, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Bento do Norte e Tibau. Foto: Sandro Menezes

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -
MARCELO QUEIROZ**

Sistema Fecomércio RN prossegue entrega de mais de 15 mil cestas básicas no estado, beneficiando agora quase 600 famílias na capital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O **Sistema Fecomércio RN**, por meio do

programa **Mesa Brasil** do Sesc, continua com a entrega de um total de mais de 15 mil cestas básicas a entidades beneficentes de todo o RN. Nesta sexta, 31, será a vez de quase 600 famílias da capital, Natal, receberem as cestas básicas. Por meio do Sesc, a entidade fará a entrega dos mantimentos arrecadados pelo Festival Fome de Música, projeto nacional lançado em abril passado, que contempla shows musicais online nos quais o público pode realizar doações de alimentos e em dinheiro. Toda a contribuição em dinheiro é repassada ao programa **Mesa Brasil** Sesc, que fica responsável por adquirir os alimentos e distribuir para entidades sociais.

Vão ser entregues agora mais de três toneladas de alimentos a famílias e instituições cadastradas na CDL Natal, Centro de Atividades e Lazer da Melhor Idade (Calmi), Cooperativa de Produção Artesanal do Crutac e Associação dos Motoqueiros Profissionais da Cidade da Esperança. De março até o dia 15 de julho, o **Mesa Brasil Sesc RN** arrecadou 633 toneladas em doações e 184.510 pessoas foram beneficiadas.

A ação completa beneficia 84 instituições cadastradas no programa **Mesa Brasil** do Sesc, em 15 municípios potiguares.

Sobre o **Mesa Brasil** RN

Implementado em 2003 no **Sesc RN**, o programa é uma rede nacional de solidariedade que desenvolve ações de segurança alimentar e nutricional. É uma ação conjunta que integra Sesc, empresas e instituições sociais no

combate à fome e ao desperdício de alimentos, com um papel proativo e socialmente responsável. Paralelamente, desenvolve ações educativas (oficinas de reaproveitamento de alimentos) e exercício da cidadania.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

Por novo tributo, Guedes cogita maior isenção do IR e desoneração de 25% em folhas de pagamento



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Prestes a enviar ao Congresso proposta para a criação de um novo imposto com base ainda mais ampla do que a extinta CPMF, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse ontem que não haverá aumento da carga tributária com a aprovação da reforma. Ele acenou com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), hoje prevista para quem ganha até R\$ 1,9 mil por mês, para ter apoio ao novo tributo. Além disso, o Ministério da **Economia** também cogita uma desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais.

Segundo o Estadão apurou, a mudança do IRPF é uma condição colocada pelo presidente Jair Bolsonaro, que sempre foi contrário à volta da

nova CPMF. Para melhorar o ambiente político de negociação, o ministro também acertou com o relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a negociação de uma reforma ampla, que incluía ainda os **tributos** cobrados por Estados e municípios.

Segundo Guedes, com a arrecadação do novo tributo, o governo poderá mudar o IRPF e reduzir "5, 6, 7, 8, 10" impostos por meio de uma redistribuição da carga tributária.

Já o assessor especial do Ministério, Guilherme Afif Domingos, informou à Folha de São Paulo que técnicos da pasta estudam o impacto da redução de 25% nas folhas de pagamento das empresas e se a medida seria possível, caso ocorresse a criação do novo imposto.

A carga tributária do Brasil alcançou 35% do PIB em 2018 (número mais atual). Em média, cada brasileiro recolhe o equivalente a R\$ 11,5 mil em impostos ao ano, segundo estudo dos economistas José Roberto Afonso e Kleber de Castro divulgado no ano passado. Em um ano, é preciso trabalhar cerca de 128 dias apenas para quitar o pagamento de **tributos**.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, o governo vai enviar já em agosto ao Congresso a proposta de criação de um tributo digital. Os cálculos iniciais apontam um potencial de arrecadação de R\$ 120 bilhões por ano, com uma alíquota de 0,2%. A ideia do governo é que o novo imposto incida sobre pagamentos ou comércio em meio eletrônico, o que pode incluir transferências e pagamentos feitos por meio de aplicativos de bancos, por exemplo.

O tema ganhou relevância porque o ministro e sua equipe já anteciparam que querem um novo

imposto de base mais ampla do que a extinta CPMF para financiar a desoneração da folha de salários (reduzir os **tributos** cobrados sobre os salários dos funcionários), o programa social Renda Brasil e o aumento da faixa de isenção do IRPF. A CPMF existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde - a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação.

"Não queremos aumentar os impostos. Não vão (aumentar). É redistribuição de carga", afirmou o ministro. "Nos últimos 40 anos no Brasil, os gastos do governo saem na frente, aprova segundo gasto, e depois aumenta os impostos, aprova mais gastos, aumenta os impostos. Nós estamos dizendo 'não, nós não vamos aumentar impostos'", afirmou ele.

"Se tiver uma base ampla onde você crie ali, sim, uma nova incidência para pessoas que não pagam, sejam pagamentos digitais. Tem uma enorme **economia** em crescimento, uma **economia** digital nova surgindo", acrescentou ele.

Segundo Guedes, há segmentos novos em uma **economia** digital em crescimento e essas empresas "às vezes nem pagam imposto nenhum". "Se a gente conseguir essa base ampla de gente que não paga imposto, que está em uma **economia** paralela, informal, de gente que está em uma **economia** criativa nova, mas que também não paga, porque é tudo digital, se nós conseguirmos essa base ampla. nós conseguimos simplificar."

'Justiça tributária'

O relator da comissão da reforma tributária também garantiu que a reforma não terá aumento de carga, mas fará "justiça tributária" com a sua redistribuição. Ribeiro não falou, no entanto, no novo imposto digital.

Guedes disse que o governo vai trabalhar junto com o Congresso, Estados e municípios na reforma. "Entramos com o IVA federal, estamos conversando com Estados e municípios, tanto a equipe do relator quanto a nossa equipe já tivemos várias reuniões com Estados e municípios para fazer esse alinhamento."

O ministro disse que a proposta de unificar apenas os **tributos** federais sobre o consumo - PIS e Cofins, que se fundem na Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) - é apenas o primeiro passo. Em seguida, o governo deve enviar a proposta de criação de um imposto seletivo e os itens a serem taxados nesta hipótese junto com a desoneração da folha das empresas. Para ele, o 'desaparecimento' do PIS/Cofins acaba com a oneração das exportações e simplifica o contencioso entre Estados, municípios e as empresas exportadoras.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo estuda desonerar salários em até 25% em troca de imposto digital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ministério da **Economia** estuda propor uma desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais. De acordo com o assessor especial da pasta, Guilherme Afif, os técnicos avaliam os impactos da medida.

Para abrir mão da receita, a equipe avalia a necessidade da criação de um novo imposto a ser aplicado sobre pagamentos. A alíquota mínima, segundo Afif, apontada pelos técnicos é de 0,2% - um rendimento de R\$ 120 bilhões/ano aos cofres públicos.

Esse montante, de acordo com os cálculos usado por Paulo Guedes, seria suficiente para desonerar empresas a pagarem impostos

aplicados até um **salário** mínimo. Cortar **tributos** para essa faixa e estender ao menos parte da medida para as demais demandaria uma alíquota maior.

Além de bancar a desoneração, o novo imposto deve servir para bancar o Renda Brasil. O programa social está em formulação e substituiria o Bolsa Família (criado na era Lula), com mais pessoas e um valor mais alto.

Afif disse que a proposta do novo imposto deverá ser enviada no mês de agosto ao Congresso.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Prefeitura de Natal paga nesta quinta-feira (30) os salários referentes ao mês de julho de todas as categorias do funcionalismo, entre ativos, inativos e pensionistas. Ao longo do dia, a Secretaria Municipal de Administração repassará os dados bancários à instituição financeira responsável pelo crédito nas contas e os servidores poderão movimentar o dinheiro nesta sexta-feira (31). A quitação de 100% da folha de julho vai colocar R\$ 66 milhões em circulação na **economia** da capital potiguar.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, ressalta que não tem sido fácil manter os compromissos salariais em dia, em virtude da crise financeira enfrentada pelos municípios nos últimos tempos

é agravada com a pandemia do novo coronavírus. Mesmo assim, diz ele, a gestão municipal paga mais um **salário** para seu funcionalismo dentro do mês trabalhado, ao mesmo tempo em que segue executando obras por todas as regiões da cidade.

'Desde que assumi a Prefeitura, adotamos como meta pagar a folha do funcionalismo em dia. Graças a Deus e a muito esforço e trabalho, temos atingido esse objetivo. Além disso, a nossa gestão tem executados obras, programas e ações que estão promovendo inclusão e desenvolvimento em Natal', afirma o prefeito. 'Ainda destaco o trabalho incansável realizado no combate e enfrentamento à Covid-19. De acordo, com o consórcio formado pelos principais veículos de comunicação do país, Natal lidera o ranking de desaceleração da doença entre as capitais brasileiras. Então, nada mais justo do que pagar em dia os vencimentos dos homens e mulheres que dão uma contribuição direta para o sucesso da nossa gestão'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Câmara Municipal cancela sessão para votação de nova previdência em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Câmara Municipal de Natal (CMN) informou agora, por intermédio de sua assessoria de Comunicação Social, que em função da portaria da Secretaria Especial da Previdência e do Trabalho, vinculada ao Ministério da **Economia**, que deu novo prazo para emissão de certidão de regularidade previdenciária, até 30 de setembro, foi suspensa a votação da reforma previdenciária dos servidores públicos de Natal. A sessão extraordinária para apreciação da matéria estava prevista para as 9h30 desta sexta-feira (31).

O presidente do Natalprev, Thiago Marreiros, em esclarecimentos dados aos vereadores, explicou que a reforma previdenciária do município não implica em amplas mudanças nas

atuais regras no sistema previdenciário municipal, pois mesmo elevando de 11% para 14% a alíquota de contribuição dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, o prefeito Álvaro Dias (PSDB) determinou uma faixa de isenção até o nível salarial de R\$ 6,1 mil para os inativos, a exemplo do que ocorreu com a reforma previdenciária federal.

O texto original do Executivo também transfere, da previdência ao município, a responsabilidade pelo pagamento pelos benefícios de incapacidade temporária para o trabalho, **salário**-maternidade, **salário**-família e auxílio-reclusão.

O projeto enviado em 30 de abril pelo prefeito Álvaro Dias para votação na CNM, também altera de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

De acordo com a mensagem do Executivo, a avaliação atuarial mais recente é de 2019 e datada de 08 de janeiro deste ano, aponta um superávit de R\$ 116,42 milhões no fundo de capitalização instituído para funcionários que ingressaram no serviço público a partir de 2005, mas em relação ao extinto fundo financeiro dos antigos servidores, havia um déficit atuarial de R\$ 9,8 bilhões, o que obriga o aporte de recursos do tesouro municipal.

O presidente do Natalprev, Thiago Marreiros, informara que já em abril o município tinha de aportar R\$ 16,8 milhões por mês para pagar benefícios. "A Reforma da Previdência, proposta por meio do PLC 04/2020, visa à implementação das alterações de caráter obrigatório e imediato, determinadas pela EC 103/2019, sendo certo que o referido Projeto de Lei Complementar não

adentrou na temática da revisão das regras de aposentação e pensionamento, como idade mínima, tempo de contribuição e, ainda, na alteração de regimes especiais de aposentadoria".

Marreiros já havia explicado que as mudanças que, teoricamente, alcançariam o tratamento diferenciado destinado aos professores e profissionais da área de saúde, são mantidos, "ficando o regime especial de aposentação atualmente conferido, exclusivamente, aos professores da rede pública municipal, quanto à redução, em cinco anos, dos requisitos de idade e tempo de contribuição, absolutamente inalterado, gozando os referidos servidores públicos municipais dos mesmos direitos que já lhe são conferidos por força da LC 063/2005.

Números

Quadro de segurados do Nataprev

12.155 ativos

Sendo:

4.649 do FUNFIPRE

7.506 do FUNCAPRE

5.640 Inativos

Sendo:

1.094 Pensionistas do FUNFIPRE

4.382 Aposentados do FUNFIPRE

Total

FUNFIPRE - 5.476

43 pensionistas do FUNCAPRE

121 aposentados do FUNCAPRE

Total FUNCAPRE = 164

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Em esforço de transparência, TikTok vai permitir que especialistas acessem seu algoritmo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Além das críticas bastante severas sobre a concorrência, o CEO Kevin Mayer aproveitou uma publicação no blog oficial do TikTok nesta quarta (29) para anunciar algumas medidas que buscam aumentar a transparência da plataforma. Isso inclui a decisão surpreendente da plataforma de abrir ainda mais o acesso a seu algoritmo e a permissão a especialistas de observar 'em tempo real as políticas de moderação', nas palavras do executivo.

No post, Mayer não apenas desafia a concorrência a seguir os passos como afirma que a rede social acredita que 'Todas as empresas deveriam abrir o acesso de seus algoritmos, políticas de moderação e fluxo de

dados a reguladores' e que o TikTok 'não vai esperar a regulação chegar' e sim dar o primeiro passo para a formação do que ele chama de 'Central de Transparência e Responsabilidade' da plataforma.

As declarações do executivo não apenas são corroboradas por medidas anunciadas pela rede social já em março sobre a abertura de especialistas externos - que incluía aliás a criação da tal central - mas também estão cronometradas com o início dos testemunhos de alguns dos principais executivos do Vale do Silício no judiciário estadunidense. A partir desta quarta, os CEOs do Facebook, Google, Apple e Amazon devem começar a prestar contas a membros do Congresso dos EUA durante um painel antitruste que vai definir se estas empresas devem continuar livres de qualquer escrutínio do **mercado**, e o TikTok deve ser bastante mencionado nas sessões conforme o aplicativo de origem chinesa se tornou exemplo do tipo de 'competição ideológica' que estes conglomerados enfrentam atualmente.

A briga maior da rede social da ByteDance é com o Facebook, óbvio, mas não apenas porque este vem buscado copiar o formato do TikTok. O CEO Mark Zuckerberg em diversas ocasiões fez a defesa da plataforma como ambiente de liberdade de expressão apontando a rival chinesa como inimigo a ser enfrentado, uma posição que muito provavelmente deve ser repetida hoje na audiência no Congresso.

'Nós acreditamos em valores - democracia,

competição, inclusão e liberdade de expressão - que a **economia** norte-americana foi construída em cima' escreve Zuckerberg em um discurso inicial publicado na terça (28); 'Muitas outras companhias de tecnologia compartilham estes valores, mas não há garantia de que nossos valores vencerão. Por exemplo, a China construiu sua própria versão da internet focada em ideais muito diferentes, e eles estão exportando a visão deles para outros países'.

É justamente este tipo de discurso que leva ao post de hoje escrito por Mayer, não à toa intitulado 'Competição justa e transparência beneficiam todos nós'. O CEO em determinado ponto do texto chega a definir o posicionamento do Facebook e seu líder como ataques malignos 'disfarçados de patriotismo e destinados a acabar com a nossa presença nos EUA', além de comentar que sem o TikTok 'os anunciantes norte-americanos estariam de novo com poucas opções': 'Nós não somos políticos, nós não aceitamos propaganda política e não possuímos uma agenda - nosso único objetivo é continuar uma plataforma vibrante e dinâmica para que todos aproveitem' continua Mayer na publicação, prometendo que a rede social 'vai continuar a lutar para providenciar a creators, usuários e marcas estadunidenses um espaço de entretenimento para os próximos anos'.

O ponto de toda essa treta remonta de novo à atual posição frágil do TikTok nos EUA, cujo governo vem considerando formas de bloquear a presença chinesa pelo aplicativo no país. Além de uma ideia de venda a investidores estadunidenses já ter sido ventilada, a companhia também vem promovendo ações que buscam aumentar a presença do negócio

no país. Isso inclui um fundo financeiro a criadores de conteúdo, a criação de um 'campus' em Los Angeles e, óbvio, a própria escolha de Mayer - ex-chefe do Disney+ e por um tempo nome cotado para suceder Bob Iger na Disney - para o cargo de CEO.

Fonte: Portal B9, disponível em:
<https://www.b9.com.br/129672/tiktok-vai-permitir-que-especialistas-accessem-seu-algoritmo/>

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo estuda desonerar todos os salários em até 25% em troca de imposto digital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

O Ministério da **Economia** estuda propor uma desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais. A proposta amplia a ideia mencionada anteriormente, que previa corte de impostos apenas para rendimentos equivalentes a até um **salário** mínimo.

O assessor especial do Ministério da **Economia**, Guilherme Afif Domingos, afirma que os técnicos avaliam os impactos da medida.

'[Estudamos] até a desoneração para todos, reduzindo em 25% a contribuição. Estamos

fazendo o cálculo dentro disso', disse à Folha.

O corte de impostos pagos pelas empresas à União sobre os salários é um objetivo antigo de Guedes, que vê na tributação sobre a folha de pagamentos uma arma de destruição de empregos. Com isso, o ministro espera conter o desemprego ao diminuir o custo de uma contratação.

Para abrir mão dessa receita, no entanto, a equipe econômica avalia que será necessária a criação de um novo imposto, a ser aplicado sobre pagamentos. 'Tudo custa dinheiro', disse Afif.

Os técnicos estão fazendo as contas com uma alíquota mínima de 0,2%. Eles estimam que ela renderia anualmente cerca de R\$ 120 bilhões aos cofres públicos.

Nos cálculos usados por Guedes, esse montante seria suficiente para desonerar empresas a pagarem impostos aplicados até um **salário** mínimo (hoje, em R\$ 1.045).

Cortar **tributos** para essa faixa e estender ao menos parte da medida para as demais demandaria uma alíquota maior.

O Ministério já vem mencionando a possibilidade de o novo imposto ter uma alíquota de 0,4%, o que em tese dobraria a arrecadação para R\$ 240 bilhões.

Os membros da pasta veem como ideal, inclusive, a desoneração total sobre salários no país, mas reconhecem que o plano teria

dificuldades. 'Eu gostaria de desonerar tudo, mas aí seria uma alíquota inviável', afirmou Afif.

Além de bancar a desoneração, o novo imposto deve servir para bancar o Renda Brasil. O programa social está em formulação e substituiria o Bolsa Família (criado na era Lula), com mais pessoas e um valor mais alto.

Afif disse que a proposta do novo imposto deverá ser enviada no mês de agosto ao Congresso.

Ele rebateu contestações à ideia. 'A resposta a quem critica é: me dê uma alternativa melhor que essa. Ainda não vi', afirmou. 'O que faz sentido acaba acontecendo', disse.

Para ele, a cobrança tem mais chances de ser aprovada caso esteja absolutamente ligada à geração de emprego e renda.

O imposto é planejado por Guedes desde o começo do governo, mas até hoje nunca foi apresentado oficialmente. A ideia recebe críticas do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e já foi contestada publicamente até pelo presidente Jair Bolsonaro.

No ano passado, as discussões sobre o novo imposto nos moldes da antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras) ajudaram a derrubar o então secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra.

Na época, o plano era até saques e depósitos em dinheiro serem taxados com uma alíquota inicial de 0,4%; já pagamentos no débito e no crédito teriam cobrança de 0,2% (para cada lado da operação, pagador e recebedor).

Depois, Guedes colocou o novo imposto na geladeira, mas não o eliminou dos planos. Recentemente, reforçou o argumento de que não se trata de uma CPMF.

Além disso, passou a chamar o tributo de digital, principalmente por pegar em cheio o crescimento do e-commerce. As compras pela internet têm acelerado no Brasil e no mundo com a pandemia do coronavírus.

Nos planos da equipe econômica, até traficantes de drogas e políticos corruptos pagariam o imposto ao fazer uma transação, um pagamento, uma compra eletrônica e até pagar a fatura de serviços de streaming.

Transações em dinheiro também estariam sujeitas à tributação quando houver o registro digital da operação.

Os membros do Ministério dizem que os estudos sobre a proposta levam tempo pela necessidade de várias instâncias no governo fazerem avaliações e pelo fato de um componente da reforma estar ligado a outro.

'É um Lego tributário', disse Afif, em referência ao brinquedo com partes que se encaixam e permitem múltiplas combinações.

Mesmo assim, o governo trabalha com urgência nos estudos. Até mesmo porque as propostas precisam ser consideradas no projeto de Orçamento do ano que vem, a ser enviado até 31 de agosto ao Congresso.

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O
NOVO TRIBUTO

Por que criar um novo imposto?

O governo afirma que não tem de onde tirar dinheiro para financiar o Renda Brasil, programa social que será ampliado para contemplar mais pessoas e um valor mais alto. Além disso, quer desonerar a folha de pagamento das empresas, considerada nocivas por Guedes para a geração de emprego

Há consenso?

Não. A tentativa mais recente de recriar um imposto similar à extinta CPMF levou à queda do secretário da Receita Federal. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), costuma se opor

De quanto seria a alíquota?

Inicialmente, o plano é que todos os pagamentos sejam taxados em 0,2%. Caso seja necessário, haveria aumento dessa alíquota

A que seria aplicado?

A pagamentos em geral, principalmente no comércio eletrônico. Transações em dinheiro também poderiam ser taxadas quando houvesse o registro digital da operação

Esse dinheiro é suficiente para desonerar completamente a folha salarial?

Não. A estimativa inicial é que a alíquota renderia R\$ 120 bilhões, o suficiente para desonerar até um **salário** mínimo, já considerando que uma parte da arrecadação deve sustentar o Renda Brasil?

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Programa que libera crédito a pequenas e médias empresas via maquininha vai à sanção presidencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

O Senado aprovou nesta quarta-feira (29) medida provisória que destrava a concessão de empréstimos para pequenas e médias empresas e que libera o crédito via maquininha.

O texto obteve 73 votos favoráveis e nenhum contrário. A medida será agora encaminhada para sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido).

A MP (medida provisória) cria o programa emergencial de acesso a crédito, e é voltado a empresas que tenham registrado receita bruta anual maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a

R\$ 300 milhões no ano passado.

No Senado, a medida foi relatada pelo senador Marcos Rogério (DEM-GO), que analisou 36 emendas apresentadas à proposta. Nenhuma delas foi acatada. Segundo ele, juntas, as cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas no País representam 27% do PIB.

'As micro e pequenas empresas são importantes geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor', disse o relator.

O crédito será operacionalizado pelo FGI (Fundo Garantidor para Investimentos), administrado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A proposta permite que a União possa aumentar em R\$ 20 bilhões de reais a sua participação no FGI.

Os valores não utilizados até 31 de dezembro de 2020 para garantia das operações ativas serão devolvidos à União por meio do resgate de cotas, até 60 dias após a emissão do parecer da auditoria independente do FGI referente a 2020.

A medida provisória também cria o programa de crédito via maquininhas para micro e pequenas empresas. Esse empréstimo poderá ser concedido por adquirentes -como Cielo, Rede, PagSeguro e Stone- que estejam vinculados a uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central.

As operações de crédito contratadas no âmbito

das maquininhas serão integralmente custeadas com os recursos da União alocados para o Programa. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras relativos ao Programa também serão custeados pela União.

'[A medida] está criando condições adicionais para que o crédito chegue mais facilmente à 'ponta', isto é, aos agentes econômicos que tanto necessitam de recursos para manter seus negócios em funcionamento', afirmou o relator.

O juro será de 6% ao ano sobre o valor concedido, e a empresa terá 36 meses para quitar a dívida, incluindo nesse prazo a carência de seis meses para início do pagamento -haverá incidência de **juros** nesse período. O valor máximo que poderá ser emprestado é de R\$ 50 mil. Segundo o relator, a medida vai gerar liquidez à **economia** no momento de pandemia causada pelo novo coronavírus.

O BNDES atuará como agente financeiro da União e deverá repassar os recursos às instituições financeiras que protocolarem operações de crédito a serem contratadas no programa de maquininhas. O banco de fomento também receberá os reembolsos de recursos dos bancos e vai repassá-los, em até 30 dias, à União.

A União poderá transferir R\$ 10 bilhões ao BNDES para o programa de crédito via maquininhas. Esse dinheiro será remunerado pela média da taxa básica Selic enquanto estiverem no BNDES e pelo juro de 3,25% ao ano quando aplicado nas operações de crédito do programa de maquininha.?

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitura de Natal (RN) paga folha de julho nesta quinta-feira (30)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

A Prefeitura de Natal (RN) paga nesta quinta-feira (30) os salários referentes ao mês de julho de todas as categorias do funcionalismo, entre ativos, inativos e pensionistas. Ao longo do dia, a Secretaria Municipal de Administração repassará os dados bancários à instituição financeira responsável pelo crédito nas contas e os servidores poderão movimentar o dinheiro nesta sexta-feira (31). A quitação de 100% da folha de julho vai colocar R\$ 66 milhões em circulação na **economia** da capital potiguar.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, ressalta que não tem sido fácil manter os compromissos salariais em dia, em virtude da crise financeira

enfrentada pelos municípios nos últimos tempos é agravada com a pandemia do novo coronavírus. Mesmo assim, diz ele, a gestão municipal paga mais um **salário** para seu funcionalismo dentro do mês trabalhado, ao mesmo tempo em que segue executando obras por todas as regiões da cidade.

'Desde que assumi a Prefeitura, adotamos como meta pagar a folha do funcionalismo em dia. Graças a Deus e a muito esforço e trabalho, temos atingido esse objetivo. Além disso, a nossa gestão tem executados obras, programas e ações que estão promovendo inclusão e desenvolvimento em Natal', afirma o prefeito. 'Ainda destaco o trabalho incansável realizado no combate e enfrentamento à Covid-19. De acordo, com o consórcio formado pelos principais veículos de comunicação do país, Natal lidera o ranking de desaceleração da doença entre as capitais brasileiras. Então, nada mais justo do que pagar em dia os vencimentos dos homens e mulheres que dão uma contribuição direta para o sucesso da nossa gestão'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitura do Natal paga folha de julho nesta quinta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Prefeitura de Natal paga nesta quinta-feira (30) os salários referentes ao mês de julho de todas as categorias do funcionalismo, entre ativos, inativos e pensionistas. Ao longo do dia, a Secretaria Municipal de Administração repassará os dados bancários à instituição financeira responsável pelo crédito nas contas e os servidores poderão movimentar o dinheiro nesta sexta-feira (31). A quitação de 100% da folha de julho vai colocar R\$ 66 milhões em circulação na **economia** da capital potiguar.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, ressalta que não tem sido fácil manter os compromissos salariais em dia, em virtude da crise financeira enfrentada pelos municípios nos últimos tempos

é agravada com a pandemia do novo coronavírus. Mesmo assim, diz ele, a gestão municipal paga mais um **salário** para seu funcionalismo dentro do mês trabalhado, ao mesmo tempo em que segue executando obras por todas as regiões da cidade.

'Desde que assumi a Prefeitura, adotamos como meta pagar a folha do funcionalismo em dia. Graças a Deus e a muito esforço e trabalho, temos atingido esse objetivo. Além disso, a nossa gestão tem executados obras, programas e ações que estão promovendo inclusão e desenvolvimento em Natal', afirma o prefeito. 'Ainda destaco o trabalho incansável realizado no combate e enfrentamento à Covid-19. De acordo, com o consórcio formado pelos principais veículos de comunicação do país, Natal lidera o ranking de desaceleração da doença entre as capitais brasileiras. Então, nada mais justo do que pagar em dia os vencimentos dos homens e mulheres que dão uma contribuição direta para o sucesso da nossa gestão'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

PIB dos EUA recua 32,9% no 2º trimestre, pior resultado desde a Grande Depressão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos teve uma queda, em termos anualizados, de 32,9% no segundo trimestre de 2020, de acordo com dados publicados nesta quinta-feira (30), pelo Departamento de Comércio do país. O indicador - que ainda passará por revisões - deixa evidente o forte impacto da pandemia de covid-19 na **economia** americana. Esse é o pior resultado desde a Grande Depressão, na década de 1930.

O resultado, no entanto, veio melhor do que a mediana de 26 estimativas consultadas pelo Projeções Broadcast, que apontava contração de 35%.

O Departamento do Comércio informou também que o índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) caiu à taxa anualizada de 1,9% no segundo trimestre. Já o núcleo do PCE, que desconsidera preços de alimentos e energia, recuou 1,1% no mesmo intervalo. A contração da atividade econômica americana no primeiro trimestre foi confirmada em 5%.

Mês de abril

A maior parte das perdas históricas nos dados do Produto Interno Bruto aconteceu em abril, quando a atividade quase parou depois que restaurantes, bares e fábricas foram fechados em meados de março para conter a disseminação do coronavírus.

Embora a atividade tenha acelerado a partir de maio, o ímpeto diminuiu em meio a um ressurgimento de novos casos da doença, especialmente nas densamente povoadas regiões Sul e Oeste, onde autoridades estão fechando as empresas de novo ou dando uma pausa na reabertura. Isso reduziu as esperanças de uma forte recuperação do crescimento no terceiro trimestre.

O presidente do Federal Reserve (o banco central americano), Jerome Powell, reconheceu na quarta-feira a desaceleração na atividade. O BC dos EUA manteve a taxa de **juros** perto de zero e prometeu continuar injetando dinheiro na **economia**. A queda no PIB e a recuperação econômica fraca podem colocar pressão sobre a Casa Branca e o Congresso para fechar um segundo pacote de estímulo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Contas do governo têm rombo de R\$ 417 bi, no pior 1º semestre em 24 anos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As contas do governo registraram rombo de R\$ 417,217 bilhões no primeiro semestre deste ano, informou nesta quinta-feira (30), a Secretaria do Tesouro Nacional. Esse é o volume em que as despesas superaram as receitas, sem incluir os gastos com **juros** da dívida pública.

Trata-se do pior resultado para esse período desde o início da série histórica, em 1997. No mesmo período do ano passado, o déficit fiscal somou R\$ 29,311 bilhões.

O rombo recorde está relacionado com o aumento de despesas para combater a pandemia do novo coronavírus, e também com

a perda de arrecadação decorrente do tombo no nível de atividade e do adiamento no prazo de **tributos**.

A receita líquida teve redução de 18,1%, em termos reais, no primeiro semestre deste ano. No período, houve um adiamento no pagamento de **tributos** de R\$ 81,3 bilhões, enquanto a diminuição do IOF crédito totalizou R\$ 6,3 bilhões.

Do lado da despesa, houve uma alta de 40,3% até junho de 2020. Os gastos realizados das medidas de combate à crise covid-19 totalizaram R\$ 210,6 bilhões, de um total de R\$ 404,5 bilhões aprovados até o final de junho.

Para este ano, somente o governo tinha de atingir uma meta de déficit primário até R\$ 124,1 bilhões. Entretanto, com o decreto de calamidade pública, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional por conta da pandemia do coronavírus, não será mais necessário atingir esse valor.

Somente em junho deste ano, as contas do governo apresentaram um rombo de R\$ 194,7 bilhões em junho de 2020 - no que foi o pior resultado mensal da história. No mesmo período do ano passado, o déficit fiscal somou R\$ 11,805 bilhões.

O Tesouro Nacional avaliou que o aumento de gastos neste ano, por conta da pandemia do novo coronavírus, são temporários "com execução concentrada no exercício de 2020".

"A situação enfrentada por todo o mundo

requeria uma resposta do poder público, e as ações implementadas para lidar com o problema basearam-se na proteção aos mais vulneráveis e na preservação de empregos e de empresas. Porém, é preciso observar que essas medidas têm um custo para a sociedade e geram uma conta que precisa ser paga no futuro próximo", acrescentou o Tesouro.

De acordo com a instituição, isso gerará uma alta significativa do endividamento neste ano, que poderá encostar em 100% do Produto Interno Bruto (PIB) - patamar elevado para países emergentes.

Avaliou que, por conta disso, é importante a implementação de ações que "deem credibilidade sobre a estabilidade do nosso endividamento permitirão que a **economia** brasileira continue navegando neste cenário de **juros** e inflação baixos, propício para uma recuperação mais forte no pós-crise".

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Para arrecadar R\$ 120 bilhões, a nova CPMF será mais abusiva do que a anterior



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

Por José Carlos Werneck

O Governo vai enviar ao Congresso Nacional em agosto uma proposta de criação de uma 'micro imposto' digital para desonerar a folha de salários das empresas (redução dos **tributos** cobrados sobre os salários) e viabilizar a Reforma Tributária. O arauto da péssima notícia aos já tão sacrificados contribuintes brasileiros foi Guilherme Afif Domingos, assessor especial do Ministério da **Economia**.

O nova tungada no bolso do indefeso contribuinte tem um potencial arrecadatório de

R\$ 120 bilhões ao ano e a alíquota em estudo é de 0,2%. Segundo Afif, a base de tributação será mais ampla do que a da extinta CPMF.

BASE MAIS AMPLA - A ideia da equipe econômica do governo é que o novo imposto incida sobre pagamentos ou comércio em meio eletrônico, o que pode incluir transferências e pagamentos feitos por meio de aplicativos de bancos. O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, já disse que a intenção é ampliar a base de cobrança, ou seja, a variedade de locais onde os impostos incidem. A CPMF foi um imposto que existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde e a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação.

Afif Domingos afirmou que o ministro Paulo Guedes pretende com o novo tributo financiar a desoneração parcial da folha para salários entre 1 e 1,5 mínimo (R\$ 1.045 e R\$ 1.567,50), viabilizar o programa social 'Renda Brasil' criado para substituir o Bolsa Família e aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, atualmente em R\$ 1,9 mil.

Charge do Duke

SEM ALTERNATIVA - 'Que me apontem uma alternativa que não seja essa', desafiou Afif, que tem participado das discussões da proposta. Segundo ele, Guedes vai apresentar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para que possa ser discutida pelos parlamentares na Reforma Tributária, cuja a primeira parte foi enviada na semana passada ao Congresso Nacional.

Segundo Afif, o ministro Paulo Guedes apresentou o projeto de criação da Contribuição sobre Bens e Serviço (CBS), unificando o PIS/Cofins, como um 'sinal de respeito' ao Congresso para acoplar a proposta nas PECs que já tramitam no Senado e na Câmara. 'Vamos levar o projeto (desoneração) para juntos definirmos as prioridades dentro do princípio do equilíbrio orçamentário', disse. 'Quando mais ampla a base sobre a qual o novo imposto vai incidir, menor a alíquota'.

A desoneração atende, principalmente, ao Setor de Serviços, que se sente prejudicado pela proposta apresentada pelo Governo até o momento.

IMPOSTO MAIOR - Ao contrário da Indústria, o Setor de Serviços não tem muitas etapas de produção e é formado basicamente por mão de obra, não possuindo espaço para abater os impostos em fases anteriores da produção. Em média o setor paga hoje 4,5%, bem abaixo dos 12% que prevê a alíquota unificada.

'O que a turma não entende do fatiado e do não fatiado é que temos que apresentar a ideia global e agir com a ideia local com a urgência, emergência e factibilidade política', disse Afif, que entende que o Governo não está querendo confrontar e sim cooperar com o Congresso.

Ele comparou a primeira etapa da reforma tributária a uma tomada para 'engatar a máquina'. 'E não é uma tomada de três pinos. É universal, que é o IVA (imposto sobre valor agregado) dual', afirmou, numa alusão à proposta de um IVA federal e outro dos Estados e municípios.

PASSOS SEGUINTEs - Afif disse que os passos seguintes da reforma serão a desoneração da folha e a correção da tabela do IRPF, que vai incluir, além do aumento da faixa de isenção, a diminuição das deduções previstas em saúde e educação, que reduzem o imposto a pagar. O governo vai também redesenhar as alíquotas para redistribuir sem aumentar a carga tributária.

Foi ótimo ele lembrar da Tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, que encontra-se defasadíssima e não é atualizada há anos, o que constitui uma falta de respeito com os contribuintes brasileiros, notadamente, com aqueles que cumprem rigorosamente suas obrigações fiscais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

A Prefeitura de Natal paga nesta quinta-feira (30) os salários referentes ao mês de julho de todas as categorias do funcionalismo, entre ativos, inativos e pensionistas. Ao longo do dia, a Secretaria Municipal de Administração repassará os dados bancários à instituição financeira responsável pelo crédito nas contas e os servidores poderão movimentar o dinheiro nesta sexta-feira (31). A quitação de 100% da folha de julho vai colocar R\$ 66 milhões em circulação na **economia** da capital potiguar.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, ressalta que não tem sido fácil manter os compromissos

salariais em dia, em virtude da crise financeira enfrentada pelos municípios nos últimos tempos é agravada com a pandemia do novo coronavírus. Mesmo assim, diz ele, a gestão municipal paga mais um **salário** para seu funcionalismo dentro do mês trabalhado, ao mesmo tempo em que segue executando obras por todas as regiões da cidade.

'Desde que assumi a Prefeitura, adotamos como meta pagar a folha do funcionalismo em dia. Graças a Deus e a muito esforço e trabalho, temos atingido esse objetivo. Além disso, a nossa gestão tem executados obras, programas e ações que estão promovendo inclusão e desenvolvimento em Natal', afirma o prefeito. 'Ainda destaco o trabalho incansável realizado no combate e enfrentamento à Covid-19. De acordo, com o consórcio formado pelos principais veículos de comunicação do país, Natal lidera o ranking de desaceleração da doença entre as capitais brasileiras. Então, nada mais justo do que pagar em dia os vencimentos dos homens e mulheres que dão uma contribuição direta para o sucesso da nossa gestão'.

Fonte: Assessoria de Comunicação

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

SABOR QUE RESISTE



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O picolé caseiro sobreviveu à intolerância do advogado e ao vírus destruidor de negócios e empregos.

Denúncia não acolhida, proibição rejeitada e a garotada continuou a identificar pelo pregão ritmado, a aproximação das gostosuras geladas.

Também esquecidos dos vários decretos restritivos às atividades durante o isolamento, os carrinhos de sorvete não deixaram de avisar que as delícias da vida continuavam fluindo pelas ruas silenciosas.

Sem a ninguém mais incomodar.

(Publicação original em 30/07/2019)

O PICOLÉ DO PAPA

Difícil a preservação das tradições gastroculturais, ameaçadas pela maléfica influência das comidas de shopping e fast-foods, sobre nossos jovens.

E de onde menos se poderia esperar, surgiu a mais perversa ameaça.

Um renomado causídico iniciou cruzada contra uma (e só uma), determinada marca de picolé.

Imitadores, até mais barulhentos, de qualidade gustativa e melódica inferiores não foram objetos da ação.

Sabe-se até da invasão do nosso **mercado** por similar paraibano mas não é bom tratar deste gentílico no momento. O tema ainda está muito sensível.

Advoga, sob argumento de perturbação da ordem pública, a proibição do anúncio do xodó da criançada (façam fila!), em amplificadores de som.

Esquece o ilustre jurisconsulto que está atacando mortalmente uma empresa que por milagre sobrevive na nossa combalida **economia**.

Caicó resistiu a sete anos de seca, bacia leiteira dizimada, calor inclemente e absoluta falta d'água no Itans.

Foi preciso tirar leite (congelado) de pedra e só por milagre de Santana, a indústria perseverou.

Seu grande diferencial, o anúncio ritmado e melodioso não agride ouvidos sensíveis às responsabilidades sociais.

Sem os reclames, o Picolé Caseiro de Caicó seria mais um desses kibons da vida.

Sobremesa predileta da nossa governadora é urgente que seja também elevado ao mesmo patamar dos outros tesouros culinários.

Ginga com tapioca da Redinha. Grude de Extremoz. Caldo de cana do Ceará Mirim. Cavaco chinês do Mereto. Pipoca Boku's do Recife.

Patrimônios culturais, imateriais do nosso estado.

Antes que o ilustre patrono, depois de ter perdido a causa no Tribunal de Justiça, recorra ao Gilmar, só nos resta uma última esperança.

Apelar para o Papa do Seridó.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Versátil News

Divulgação

A Prefeitura de Natal paga nesta quinta-feira (30) os salários referentes ao mês de julho de todas as categorias do funcionalismo, entre ativos, inativos e pensionistas. Ao longo do dia, a Secretaria Municipal de Administração repassará os dados bancários à instituição financeira responsável pelo crédito nas contas e os servidores poderão movimentar o dinheiro nesta sexta-feira (31). A quitação de 100% da folha de julho vai colocar R\$ 66 milhões em circulação na **economia** da capital potiguar.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, ressalta que não tem sido fácil manter os compromissos salariais em dia, em virtude da crise financeira enfrentada pelos municípios nos últimos tempos é agravada com a pandemia do novo coronavírus. Mesmo assim, diz ele, a gestão municipal paga mais um **salário** para seu funcionalismo dentro do mês trabalhado, ao mesmo tempo em que segue executando obras por todas as regiões da cidade.

'Desde que assumi a Prefeitura, adotamos como meta pagar a folha do funcionalismo em dia. Graças a Deus e a muito esforço e trabalho, temos atingido esse objetivo. Além disso, a nossa gestão tem executados obras, programas e ações que estão promovendo inclusão e desenvolvimento em Natal', afirma o prefeito.

'Ainda destaco o trabalho incansável realizado no combate e enfrentamento à Covid-19. De acordo, com o consórcio formado pelos principais veículos de comunicação do país, Natal lidera o ranking de desaceleração da doença entre as capitais brasileiras. Então, nada mais justo do que pagar em dia os vencimentos dos homens e mulheres que dão uma contribuição direta para o sucesso da nossa gestão'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Para criar nova CPMF, Guedes afirma que isenção do IR será maior



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Prestes a enviar ao Congresso proposta para a criação de um novo imposto com base ainda mais ampla do que a extinta CPMF, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse ontem que não haverá aumento da carga tributária com a aprovação da reforma. Ele acenou com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), hoje prevista para quem ganha até R\$ 1,9 mil por mês, para ter apoio ao novo tributo.

A mudança do IRPF é uma condição colocada pelo presidente Jair Bolsonaro, que sempre foi contrário à volta da nova CPMF. Para melhorar

o ambiente político de negociação, o ministro também acertou com o relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a negociação de uma reforma ampla, que incluía ainda os **tributos** cobrados por Estados e municípios.

Segundo Guedes, com a arrecadação do novo tributo, o governo poderá mudar o IRPF e reduzir "5, 6, 7, 8, 10" impostos por meio de uma redistribuição da carga tributária.

A carga tributária do Brasil alcançou 35% do PIB em 2018 (número mais atual). Em média, cada brasileiro recolhe o equivalente a R\$ 11,5 mil em impostos ao ano, segundo estudo dos economistas José Roberto Afonso e Kleber de Castro divulgado no ano passado. Em um ano, é preciso trabalhar cerca de 128 dias apenas para quitar o pagamento de **tributos**.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, o governo vai enviar já em agosto ao Congresso a proposta de criação de um tributo digital. Os cálculos iniciais apontam um potencial de arrecadação de R\$ 120 bilhões por ano, com uma alíquota de 0,2%. A ideia do governo é que o novo imposto incida sobre pagamentos ou comércio em meio eletrônico, o que pode incluir transferências e pagamentos feitos por meio de aplicativos de bancos, por exemplo.

O tema ganhou relevância porque o ministro e sua equipe já anteciparam que querem um novo imposto de base mais ampla do que a extinta CPMF para financiar a desoneração da folha de salários (reduzir os **tributos** cobrados sobre os salários dos funcionários), o programa social

Renda Brasil e o aumento da faixa de isenção do IRPF. A CPMF existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde - a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação.

"Não queremos aumentar os impostos. Não vão (aumentar). É redistribuição de carga", afirmou o ministro. "Nos últimos 40 anos no Brasil, os gastos do governo saem na frente, aprova segundo gasto, e depois aumenta os impostos, aprova mais gastos, aumenta os impostos. Nós estamos dizendo 'não, nós não vamos aumentar impostos'", afirmou ele.

"Se tiver uma base ampla onde você crie ali, sim, uma nova incidência para pessoas que não pagam, sejam pagamentos digitais. Tem uma enorme **economia** em crescimento, uma **economia** digital nova surgindo", acrescentou ele.

Segundo Guedes, há segmentos novos em uma **economia** digital em crescimento e essas empresas "às vezes nem pagam imposto nenhum". "Se a gente conseguir essa base ampla de gente que não paga imposto, que está em uma **economia** paralela, informal, de gente que está em uma **economia** criativa nova, mas que também não paga, porque é tudo digital, se nós conseguirmos essa base ampla. nós conseguimos simplificar."

'Justiça tributária'

O relator da comissão da reforma tributária também garantiu que a reforma não terá aumento de carga, mas fará "justiça tributária" com a sua redistribuição. Ribeiro não falou, no entanto, no novo imposto digital.

Guedes disse que o governo vai trabalhar junto com o Congresso, Estados e municípios na reforma. "Entramos com o IVA federal, estamos conversando com Estados e municípios, tanto a equipe do relator quanto a nossa equipe já tivemos várias reuniões com Estados e municípios para fazer esse alinhamento."

O ministro disse que a proposta de unificar apenas os **tributos** federais sobre o consumo - PIS e Cofins, que se fundem na Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) - é apenas o primeiro passo. Em seguida, o governo deve enviar a proposta de criação de um imposto seletivo e os itens a serem taxados nesta hipótese junto com a desoneração da folha das empresas. Para ele, o 'desaparecimento' do PIS/Cofins acaba com a oneração das exportações e simplifica o contencioso entre Estados, municípios e as empresas exportadoras.

CNN Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo estuda desonerar todos os salários em até 25% em troca de imposto digital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

'[Estudamos] até a desoneração para todos, reduzindo em 25% a contribuição. Estamos fazendo o cálculo dentro disso', disse à Folha.

Folha de S. Paulo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Autor: Júlio Rocha

Foto: Ilustrativa

O Ministério da **Economia** estuda propor uma desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais. A proposta amplia a ideia mencionada anteriormente, que previa corte de impostos apenas para rendimentos equivalentes a até um **salário** mínimo.

O assessor especial do Ministério da **Economia**, Guilherme Afif Domingos, afirma que os técnicos avaliam os impactos da medida.

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

A Prefeitura de Natal paga nesta quinta-feira (30) os impostos referentes ao mês de julho de todas as categorias de funcionalidade, entre ativos, inativos e pensionistas. Ao longo do dia, uma Secretaria Municipal de Administração repassará os dados bancários para a instituição financeira responsável pelo crédito nas contas e nos servidores de movimentação de dinheiro nesta sexta-feira (31). Uma citação de 100% da folha de julho vai colocar R \$ 66 milhões em circulação na **economia** de capital potencial.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, ressalta que não tem sido fácil manter os compromissos

salariais no dia, em virtude da crise financeira enfrentada pelos municípios nos últimos tempos e agravada por uma pandemia de novo coronavírus. Mesmo assim, diz ele, um gerenciamento municipal paga mais um **salário** pelo seu desempenho dentro do mês trabalhado, ao mesmo tempo em que segue as obras executadas por todas as regiões da cidade.

'Desde que assumi a Prefeitura, adotamos como meta pagar a folha do funcionalismo em dia. Graças a Deus e a muito esforço e trabalho, temos atingido esse objetivo. Além disso, a nossa gestão tem executados obras, programas e ações que estão promovendo inclusão e desenvolvimento em Natal', afirma o prefeito. 'Ainda destaco o trabalho incansável realizado no combate e enfrentamento à Covid-19. De acordo, com o consórcio formado pelos principais veículos de comunicação do país, Natal lidera o ranking de desaceleração da doença entre as capitais brasileiras. Então, nada mais justo do que pagar em dia os vencimentos dos homens e mulheres que dão uma contribuição direta para o sucesso da nossa gestão'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitura de Natal paga folha de julho nesta quinta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

A Prefeitura de Natal paga nesta quinta-feira (30) os impostos referentes ao mês de julho de todas as categorias de funcionalidade, entre ativos, inativos e pensionistas. Ao longo do dia, uma Secretaria Municipal de Administração repassará os dados bancários para a instituição financeira responsável pelo crédito nas contas e nos servidores de movimentação de dinheiro nesta sexta-feira (31). Uma citação de 100% da folha de julho vai colocar R \$ 66 milhões em circulação na **economia** de capital potencial.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, ressalta que não tem sido fácil manter os compromissos

salariais no dia, em virtude da crise financeira enfrentada pelos municípios nos últimos tempos e agravada por uma pandemia de novo coronavírus. Mesmo assim, diz ele, um gerenciamento municipal paga mais um **salário** pelo seu desempenho dentro do mês trabalhado, ao mesmo tempo em que segue as obras executadas por todas as regiões da cidade.

'Desde que assumi a Prefeitura, adotamos como meta pagar a folha do funcionalismo em dia. Graças a Deus e a muito esforço e trabalho, temos atingido esse objetivo. Além disso, a nossa gestão tem executados obras, programas e ações que estão promovendo inclusão e desenvolvimento em Natal', afirma o prefeito. 'Ainda destaco o trabalho incansável realizado no combate e enfrentamento à Covid-19. De acordo, com o consórcio formado pelos principais veículos de comunicação do país, Natal lidera o ranking de desaceleração da doença entre as capitais brasileiras. Então, nada mais justo do que pagar em dia os vencimentos dos homens e mulheres que dão uma contribuição direta para o sucesso da nossa gestão'.

Powered by WPeMatico

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar fecha em leve queda com dados fracos sobre economia nos EUA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O dólar fechou em leve queda nesta quinta-feira (30) em reação à contração histórica da **economia** dos Estados Unidos no segundo trimestre. O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,159, com recuo de R\$ 0,013 (-0,26%).

A cotação oscilou bastante durante o dia. Pela manhã, a divisa chegou a subir para R\$ 5,21, logo depois da divulgação de que a **economia** norte-americana encolheu 9,5% no segundo trimestre em relação ao trimestre anterior. Em valores anualizados, quando a variação de um trimestre é projetada para os 12 meses seguintes, a contração chega a 32,9%.

O real contrastou com moedas de outros países

emergentes, que se desvalorizaram hoje. O dólar subiu 1,3% perante o rand sul-africano caiu e 0,9% em relação ao rublo russo.

Um fator que indica o retorno gradual dos investidores estrangeiros ao Brasil, após o surgimento da pandemia do novo coronavírus, foi o fato de o Tesouro Nacional ter vendido o lote integral de 300 mil Notas do Tesouro Nacional Série-F (NTN-F) em seus leilões de venda. Tipo de título prefixado (com taxa definida no momento da compra) de longo prazo, a NTN-F tradicionalmente é comprada por estrangeiros.

Bolsa

O **mercado** de ações teve um dia de ajustes. Um dia depois de fechar acima dos 105 mil pontos pela primeira vez desde o início de março, o índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), caiu 0,56% e fechou aos 105.009 pontos.

As negociações foram dominadas pela realização de lucros, quando investidores vendem ações para embolsarem os ganhos de dias anteriores. A sessão também foi influenciada pela divulgação de diversos balanços de empresas do Ibovespa que apontaram queda nos lucros no segundo trimestre por causa da pandemia de covid-19.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo estuda desonerar todos os salários em troca de imposto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: www.potenginainternet.com

O Ministério da **Economia** estuda propor uma desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais. A proposta amplia a ideia mencionada anteriormente, que previa corte de impostos apenas para rendimentos equivalentes a até um **salário** mínimo.

O assessor especial do Ministério da **Economia**, Guilherme Afif Domingos, afirma que os técnicos avaliam os impactos da medida.

"[Estudamos] até a desoneração para todos, reduzindo em 25% a contribuição. Estamos

fazendo o cálculo dentro disso", disse à reportagem.

O corte de impostos pagos pelas empresas à União sobre os salários é um objetivo antigo de Guedes, que vê na tributação sobre a folha uma arma de destruição de empregos. Com isso, o ministro espera conter o desemprego ao reduzir o custo de uma contratação.

Para abrir mão dessa receita, no entanto, a equipe econômica considera que será necessária a criação de um novo imposto, a ser aplicado sobre pagamentos. "Tudo custa dinheiro", disse Afif.

Os técnicos fazem as contas com uma alíquota mínima de 0,2%. Eles estimam que ela renderia anualmente R\$ 120 bilhões aos cofres públicos.

Nos cálculos usados por Guedes, esse montante seria suficiente para desonerar empresas a pagar impostos aplicados até um **salário** mínimo (hoje, em R\$ 1.045).

Cortar **tributos** para essa faixa e estender ao menos parte da medida para as demais demandaria uma alíquota maior.

O ministério já vem mencionando a possibilidade de o novo imposto ter uma alíquota de 0,4%, o que, em tese, dobraria a arrecadação para R\$ 240 bilhões.

Os membros da pasta veem como ideal a desoneração total sobre salários no país, mas reconhecem que o plano teria dificuldades. "Gostaria de desonerar tudo, mas aí seria uma

alíquota inviável", afirmou Afif.

Além de bancar a desoneração, o novo imposto deve servir para bancar o Renda Brasil. O programa social está em formulação e substituiria o Bolsa Família (criado na era Lula), com mais pessoas e um valor mais alto.

Afif disse que a proposta do novo imposto deverá ser enviada em agosto ao Congresso.

Ele rebateu contestações à ideia. "A resposta a quem critica é: me dê uma alternativa melhor que essa. Ainda não vi", afirmou. "O que faz sentido acaba acontecendo", disse.

Para o assessor especial, a cobrança tem mais chance de ser aprovada se estiver absolutamente ligada à geração de emprego e renda.

O imposto é planejado por Guedes desde o começo do governo, mas até hoje nunca foi apresentado oficialmente. A ideia recebe críticas do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e já foi contestada publicamente até pelo presidente Jair Bolsonaro.

No ano passado, as discussões sobre o novo imposto nos moldes da antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras) ajudaram a derrubar o então secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra.

Na época, o plano era que até saques e depósitos em dinheiro fossem taxados, com uma alíquota inicial de 0,4%. Já pagamentos no débito e no crédito teriam cobrança de 0,2% (para cada lado da operação, pagador e recebedor).

Depois, Paulo Guedes colocou o novo imposto na geladeira, mas não o eliminou dos planos. Recentemente, reforçou o argumento de que não se trata de uma CPMF.

Além disso, passou a chamar o tributo de digital, principalmente por pegar em cheio o crescimento do e-commerce. As compras pela internet têm acelerado no Brasil e no mundo com a pandemia.

Nos planos da equipe econômica, até traficantes e políticos corruptos pagariam o imposto ao fazer uma transação, um pagamento, uma compra eletrônica e até pagar a fatura de serviços de streaming.

Transações em dinheiro também estariam sujeitas à tributação quando houvesse o registro digital da operação.

Os membros do ministério dizem que os estudos sobre a proposta levam tempo pela necessidade de várias instâncias no governo fazerem avaliações e pelo fato de um componente da reforma estar ligado a outro.

"É um Lego tributário", disse Guilherme Afif Domingos, assessor especial do Ministério da **Economia**, em referência ao brinquedo com partes que se encaixam e permitem múltiplas combinações.

Mesmo assim, o governo trabalha com urgência nos estudos. Até porque as propostas precisam ser consideradas no projeto de Orçamento do ano que vem, a ser enviado até 31 de agosto ao Congresso.

PERGUNTAS E REPOISTAS

Por que criar um novo imposto?

O governo afirma que não tem de onde tirar dinheiro para financiar o Renda Brasil, programa social que será ampliado para contemplar mais pessoas e um valor mais alto. Além disso, quer desonerar a folha de pagamento das empresas, considerada nocivas por Guedes para a geração de emprego

Há consenso?

Não. A tentativa mais recente de recriar um imposto similar à extinta CPMF levou à queda do secretário da Receita Federal. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), costuma se opor

De quanto seria a alíquota?

Inicialmente, o plano é que todos os pagamentos sejam taxados em 0,2%. Caso seja necessário, haveria aumento dessa alíquota

A que seria aplicado?

A pagamentos em geral, principalmente no comércio eletrônico. Transações em dinheiro também poderiam ser taxadas quando houvesse o registro digital da operação

Esse dinheiro é suficiente para desonerar completamente a folha salarial?

Não. A estimativa inicial é que a alíquota renderia R\$ 120 bilhões, o suficiente para desonerar até um **salário** mínimo, já considerando que uma parte da arrecadação deve sustentar o Renda Brasil

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Agricultores afetados por ciclone terão juros do Pronaf reduzidos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os agricultores familiares prejudicados pelo ciclone que atingiu a Região Sul no fim de junho terão os **juros** do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) reduzidos. O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou que esses produtores acessem as linhas de crédito com **juros** de 2,75% ao ano, as taxas mais baixas cobradas no programa.

Créditos: Arquivo/TN

A taxa será aplicada a todas as atividades financiadas pelo Pronaf para os agricultores familiares que vivam na região afetada pelo Ciclone Bomba. O Conselho Monetário, no entanto, tomou outras medidas que ajudarão

pequenos produtores rurais de todo o país.

O CMN elevou os limites que agricultores familiares, empreendedores rurais familiares e cooperativas de agricultores familiares podem pegar emprestados no Pronaf para industrializarem a produção. Aplicada excepcionalmente para o ano safra 2020-2021, a elevação do limite de crédito do Pronaf valerá para todo o país, não apenas para as regiões afetadas pelo ciclone.

O teto subiu de R\$ 45 mil para R\$ 60 mil para pessoas físicas, de R\$ 210 mil para R\$ 300 mil para os pequenos produtores rurais registrados como pessoa jurídica e de R\$ 15 milhões para R\$ 20 milhões para as cooperativas familiares.

Prorrogação

Para ajudar os produtores prejudicados pela pandemia do novo coronavírus, O CMN prorrogou as parcelas do crédito rural para as cooperativas. O vencimento das parcelas do crédito rural de custeio e de investimentos para produtores rurais, que havia sido estendido para 15 de agosto, foi transferido para 15 de dezembro.

A medida beneficia todos os produtores rurais que comprovem terem sido afetados pelas medidas de distanciamento social, inclusive agricultores familiares. Segundo o Ministério da **Economia**, a nova prorrogação justifica-se porque, decorridos mais de três meses, a crise econômica provocada pela pandemia continua a impactar todos os setores da **economia** nacional, inclusive o agropecuário.

O CMN ampliou o número de produtores que podem pedir a renegociação do crédito rural por terem sido afetados pela seca na Região Sul e pelas chuvas nas Regiões Sudeste e Nordeste no início do ano. Anteriormente, o município em que ficam as terras do produtor precisaria ter decretado situação de emergência ou de estado de calamidade pública pelo município de 1º de janeiro a 9 de abril. O intervalo foi estendido de 20 de dezembro de 2019 a 30 de junho deste ano.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Maia chama a 'nova CPMF' de 'jeitinho' e declara voto contra se governo enviar proposta



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Reprodução/TV Globo

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, chamou de 'jeitinho' a criação de um novo imposto para bancar a desoneração das folhas de pagamento das empresas.

Nesta quinta-feira (30), ele participou de um evento sobre a reforma tributária promovido pelo jornal 'Folha de S. Paulo' em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Sesi e o Senai.

A equipe econômica do presidente Jair

Bolsonaro estuda enviar ao Congresso uma proposta de criação de um novo imposto sobre pagamentos eletrônicos, com alíquota de 0,2%. Parte das sugestões do governo para a reforma tributária foi enviada na semana passada.

Uma comissão mista do Senado e da Câmara discute propostas de deputados, senadores e do governo para o sistema tributário.

A proposta de criar um novo tributo é capitaneada pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes, e já tinha recebido apoio do setor industrial. Porém, a ideia segue enfrentando resistências no Congresso Nacional. Parlamentares criticam o novo imposto por considerá-lo semelhante à antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Segundo Guedes, a intenção é ampliar a base de cobrança, ou seja, a variedade de itens sobre a qual o imposto incide. Com isso, diz o ministro, seria possível reduzir a cobrança sobre outras bases, como a folha de pagamentos.

Para Maia, a desoneração da folha de pagamento deve ser bancada pela redução dos gastos públicos, e não pela criação de novos impostos.

'O Brasil vai ter muitas oportunidades se o Brasil conseguir reorganizar o Estado brasileiro. Se a gente achar que vamos dar mais 'jeitinho', criando mais um imposto, nós vamos estar taxando mais a sociedade e vamos ter de discutir a despesa pública', disse Maia no evento desta quinta.

O presidente da Câmara declarou voto contra a proposta e disse que vai trabalhar para influenciar os pares contra a ideia.

'O presidente vai mandar a proposta [de um novo imposto]? Então, encaminha a proposta. Estou dando a minha opinião. Não vai passar. Eu sou um voto. Em PEC, eu voto. Vou votar contra. Eu jogo muito transparente na política. Não jogo pelas costas. Quando eu negocio, falo: 'Eu sou contra isso e meu voto vai ser assim'. Aqueles poucos que eu influencio, vou tentar influenciar também para votar contra', afirmou o presidente da Câmara.

'Erros do passado'

Maia criticou integrantes da equipe econômica que propõem a criação de um novo imposto para permitir a desoneração da folha de pagamento das empresas. Segundo ele, isso já foi feito no passado e não deu certo.

'A gente vê: 'Vamos desonerar a folha, mas vamos criar um imposto novo'. É a mesma equação de 1996 a 2008, acho eu. Onde estávamos querendo dar solução para o Brasil, criava um imposto. Aumentava uma alíquota, aumentamos 9% do PIB nossa carga tributária e continuamos com os problemas mais graves do que tínhamos antes', destacou o presidente da Câmara.

Maia afirmou que a desoneração da folha no modelo já feito durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff não gerou 'um emprego'. Segundo ele, é preciso debater novas estratégias.

'Se queremos desonerar a folha, vamos olhar

as despesas públicas. Onde cortar despesa para poder desonerar a folha. Não será aumentando mais impostos que vamos resolver nossos problemas', disse.

Reforma ampla

Durante o debate, Affonso Celso Pastore, economista e ex-presidente do Banco Central (BC), defendeu uma reforma tributária ampla, nos moldes da proposta apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) em discussão no Congresso.

O governo enviou na semana passada ao Congresso um projeto de unificação do PIS/Cofins (impostos federais), com uma nova alíquota de 12% para as empresas e de 5,8% para instituições financeiras.

A proposta foi considerada tímida se comparada aos dois textos em tramitação no Congresso. A sugerida por deputados propõe a unificação de cinco impostos. Senadores propuseram unificar nove **tributos**.

'O que nós precisamos, na verdade, é de uma reforma tributária corajosa sobre bens e serviços que realmente introduza um IVA [Imposto sobre Valor Agregado] verdadeiro, com alíquota única, que seja cobrado no destino do bem, e não na origem, e termine com a guerra fiscal entre os estados', defendeu Pastore.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, e o relator da reforma tributária na comissão mista que discute o assunto, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), seguiram a mesma linha.

'O que eu defendo é uma reforma ampla, de se mudar sobretudo essa tributação. Na PEC 45 [proposta por deputados], estamos de fato trazendo um 'IVA 5.0', na comparação com 5G', afirmou Ribeiro.

'Nós apoiamos principalmente a reforma da PEC 45 porque entendemos que ela é uma proposta que abrange não só os impostos federais, mas os municipais e estaduais. é importantíssimo que tenhamos uma simplificação no pagamento de **tributos**, não só para a União mas para os entes da federação', declarou Braga.

G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Toffoli suspende lei do RN que interrompia cobrança de consignados de servidores



Notícias



Toffoli suspende lei do RN que interrompia cobrança de consignados de servidores



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, deferiu medida cautelar em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6484 e 6495) para suspender a eficácia de leis estaduais do Rio Grande do Norte (RN) e do Rio de Janeiro (RJ) que interromperam o pagamento de contratos de crédito consignado em decorrência da pandemia da Covid-19.

Segundo o ministro, as normas, a pretexto de estabelecer medida de contrapartida social em razão do isolamento social experimentado pelos servidores públicos, adentraram em matéria de Direito Civil, de competência privativa da União.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, deferiu medida cautelar em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6484 e 6495) para suspender a eficácia de leis estaduais do Rio Grande do Norte (RN) e do Rio de Janeiro (RJ) que interromperam o pagamento de contratos de crédito consignado em decorrência da pandemia da Covid-19.

Segundo o ministro, as normas, a pretexto de estabelecer medida de contrapartida social em razão do isolamento social experimentado pelos servidores públicos, adentraram em matéria de Direito Civil, de competência privativa da União.

As decisões cautelares serão submetidas ao referendo do Plenário.

As duas ADIs foram ajuizadas pela Barroso, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif). Na ADI 6484, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, o objeto é a Lei estadual 10.733/2020 do Rio Grande do Norte, que suspendeu por até 180 dias a cobrança das consignações voluntárias contratadas pelos servidores públicos estaduais com instituições financeiras não cooperativas. Já a ADI 6495, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, contesta a Lei estadual 8.842/2020 do Rio de Janeiro, que autorizou o Poder Executivo a suspender pelo prazo de 120 dias os descontos das mensalidades dos empréstimos celebrados e de empréstimos consignados.

Toffoli observou que tanto a lei do RN, ao determinar a transferência das parcelas em aberto para o final dos contratos sem a incidência de **juros** e multa, quanto a norma do RJ, quando pretendeu incrementar a circulação de renda em âmbito estadual para estimular o crescimento da **economia** fluminense, se projetam sobre campo de incidência temático reservado à União, o que implica rearranjo da política de crédito (artigo 22, inciso VII, da Constituição Federal).

O presidente do STF solicitou informações ao governador do Estado do Rio de Janeiro e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Após, determinou vista, sucessivamente, no prazo de três dias, ao advogado-geral da União e ao procurador-geral da República. As decisões tiveram como base o artigo 13, inciso VIII, do Regimento Interno do STF, que autoriza o presidente a decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou

de férias.

Histórico

O projeto de lei é de autoria do deputado estadual Coronel Azevedo (PSC) e foi promulgado pela Assembleia Legislativa do RN. No entanto, a lei não foi sancionada pela governadora Fátima Bezerra.

O texto prometia a suspensão da cobrança de empréstimos contraídos por servidores públicos ativos, inativos e pensionistas por seis meses. A Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF), no último dia 14, ação de inconstitucionalidade contra a lei.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar fecha em leve queda com dados fracos sobre economia nos EUA: bolsa caiu 0,56% um dia após fechar no maior nível desde março



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução

O dólar fechou em leve queda nesta quinta-feira (30) em reação à contração histórica da **economia** dos Estados Unidos no segundo trimestre. O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,159, com recuo de R\$ 0,013 (-0,26%).

A cotação oscilou bastante durante o dia. Pela manhã, a divisa chegou a subir para R\$ 5,21, logo depois da divulgação de que a **economia** norte-americana encolheu 9,5% no segundo trimestre em relação ao trimestre anterior. Em valores anualizados, quando a variação de um trimestre é projetada para os 12 meses seguintes, a contração chega a 32,9%.

O real contrastou com moedas de outros países emergentes, que se desvalorizaram hoje. O dólar subiu 1,3% perante o rand sul-africano caiu e 0,9% em relação ao rublo russo.

Um fator que indica o retorno gradual dos investidores estrangeiros ao Brasil, após o surgimento da pandemia do novo coronavírus, foi o fato de o Tesouro Nacional ter vendido o lote integral de 300 mil Notas do Tesouro Nacional Série-F (NTN-F) em seus leilões de venda. Tipo de título prefixado (com taxa definida no momento da compra) de longo prazo, a NTN-F tradicionalmente é comprada por estrangeiros.

Bolsa

O **mercado** de ações teve um dia de ajustes. Um dia depois de fechar acima dos 105 mil pontos pela primeira vez desde o início de março, o índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de

valores brasileira), caiu 0,56% e fechou aos 105.009 pontos.

As negociações foram dominadas pela realização de lucros, quando investidores vendem ações para embolsarem os ganhos de dias anteriores. A sessão também foi influenciada pela divulgação de diversos balanços de empresas do Ibovespa que apontaram queda nos lucros no segundo trimestre por causa da pandemia de covid-19.

REUTERS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Toffoli suspende normas que interrompiam pagamento de consignado durante a pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, deferiu medida cautelar em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6484 e 6495) para suspender a eficácia de leis estaduais do Rio Grande do Norte (RN) e do Rio de Janeiro (RJ) que interromperam o pagamento de contratos de crédito consignado em decorrência da pandemia da Covid-19. Segundo o ministro, as normas, a pretexto de estabelecer medida de contrapartida social em razão do isolamento social experimentado pelos servidores públicos, adentraram em matéria de Direito Civil, de competência privativa da União. As decisões cautelares serão submetidas ao referendo do Plenário.

As duas ADIs foram ajuizadas pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif). Na ADI 6484, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, o objeto é a Lei estadual 10.733/2020 do Rio Grande do Norte, que suspendeu por até 180 dias a cobrança das consignações voluntárias contratadas pelos servidores públicos estaduais com instituições financeiras não cooperativas. Já a ADI 6495, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, contesta a Lei estadual 8.842/2020 do Rio de Janeiro, que autorizou o Poder Executivo a suspender pelo prazo de 120 dias os descontos das mensalidades dos empréstimos celebrados e de empréstimos consignados.

Toffoli observou que tanto a lei do RN, ao determinar a transferência das parcelas em aberto para o final dos contratos sem a incidência de **juros** e multa, quanto a norma do RJ, quando pretendeu incrementar a circulação de renda em âmbito estadual para estimular o crescimento da **economia** fluminense, se projetam sobre campo de incidência temático reservado à União, o que implica rearranjo da política de crédito (artigo 22, inciso VII, da Constituição Federal).

O presidente do STF solicitou informações ao governador do Estado do Rio de Janeiro e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Após, determinou vista, sucessivamente, no prazo de três dias, ao advogado-geral da União e ao procurador-geral da República. As decisões tiveram como base o artigo 13, inciso VIII, do Regimento Interno do STF, que autoriza o presidente a decidir

questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Petrobras fecha o segundo trimestre com prejuízo de R\$ 2,7 bilhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Petrobras reportou uma prejuízo de R\$ 2,7 bilhões no segundo trimestre de 2020, destacou a empresa em balanço divulgado no começo da noite desta quinta-feira (30). O dado representa uma melhora ante o prejuízo de R\$ 48 bilhões do trimestre anterior. No segundo trimestre de 2019, a empresa havia reportado lucro líquido de R\$ 18 bilhões. O prejuízo líquido da empresa no primeiro semestre foi de R\$ 51 bilhões, contra lucro de R\$ 22 bilhões em igual período do ano passado.

A empresa conseguiu reduzir o prejuízo principalmente "devido à ausência de impairments no trimestre e ao ganho proveniente da exclusão do ICMS da base de

cálculo do PIS/Cofins após decisão judicial favorável, que teve um efeito de R\$ 10,9 bilhões no resultado", disse a empresa.

Excluindo esses fatores, o resultado teria sido pior por causa da covid-19 e seus impactos na operação, que prejudicaram os preços, margens e volumes. Neste cenário, a empresa teria apresentado prejuízo de R\$ 13,7 bilhões.

No trimestre, o item não recorrente que se destacou foi a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins após ganho judicial, com impacto positivo de R\$ 7,2 bilhões no Ebitda Ajustado e de R\$ 10,9 bilhões no lucro líquido.

O Ebitda Ajustado caiu 33% na comparação trimestral e 23,5% na comparação anual, para R\$ 24,98 bilhões. Segundo a empresa, o movimento foi influenciado pela queda do petróleo tipo Brent em reais, a alta volatilidade do **mercado** de óleo e gás e a contração da demanda global, que levou à redução nas margens de óleo e derivados. "O volume de vendas também foi impactado negativamente".

"Também tivemos maiores despesas operacionais relacionadas a hedge e implementação dos planos de demissão voluntária. Esses fatores foram parcialmente compensados pelo ganho com a equalização relativa aos AIPs da área de Tupi e dos campos de Sépia e Atapu e por menores gastos gerais e administrativos", disse.

Choque

A receita de vendas no período foi de R\$ 50,89

bilhões, queda de 29,9% na comparação anual, e de 32,6% na comparação trimestral. Segundo a empresa, o resultado veio com a pandemia e o colapso dos preços do petróleo resultantes das negociações da OPEP+.

O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, afirmou em Mensagem do Presidente que acompanha o balanço, que o choque de liquidez decorrente da queda do preço de petróleo no período "exerce um efeito similar ao de uma ataque cardíaco". Segundo o executivo, o preço da commodity saiu de um patamar de US\$ 65 por barril em fevereiro para US\$ 19/b em abril, devido à contração de 25% da demanda global, "ameaçando uma parada súbita nos fluxos de caixa".

Dívida

A dívida líquida da Petrobras no segundo trimestre de 2020 caiu 14,9% na comparação com igual período de 2019, para US\$ 71,22 bilhões. Os números foram divulgados pela companhia há pouco, em balanço enviado à CVM. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a dívida líquida caiu 2,6%.

A empresa explicou que a pandemia, "evento sem precedentes" e que teve forte efeito sobre os preços do petróleo e a atividade econômica, forçou o grupo a tomar medidas conservadoras para preservar a posição de caixa. Com isso, a dívida bruta aumentou 2,2% devido ao aumento em financiamentos, para US\$ 91,2 bilhões. Apesar do cenário, o custo médio da dívida permaneceu estável em 5,6% em 30 de junho de 2020.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

RN - ECONOMIA

Recuperação vem lenta



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz antônio felipe

laf@tribunadonorte.com.br

O índice de Confiança de Serviços mantém a sua trajetória de recuperação em julho (7,3 pontos), mostra pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, ao avançar para 79,0 pontos. Uma boa animada. Após três altas consecutivas, o índice recompôs cerca de 62% das perdas sofridas nos primeiros quatro meses deste ano, de abril (fundo do poço) a julho. Apesar da melhora tanto na percepção sobre o momento atual, quando em relação às expectativas, o resultado do mês precisa ser analisado com cautela porque ainda há um caminho considerável para

voltar ao ritmo anterior à pandemia, avalia Rodolpho Tobler, economista do FGV IBRE.

Positivo

Tanto as avaliações sobre o momento atual quanto às expectativas em relação aos próximos meses estão bem melhores. O Índice de Situação Atual para 71,0 pontos, recuperando nos últimos três meses 45% da queda registrada no bimestre março-abril. O Índice de Expectativas, por sua vez, cresceu para 87,3 pontos. A utilização da capacidade instalada em serviços cresceu para 80,5%, freando uma sequência de quatro meses de quedas.

Reforço

Mais dinheiro em circulação na **economia** potiguar. Hoje tem o depósito das restituições do Imposto de Renda, o pagamento de salários de servidores estaduais e municipais. Amanhã, a Caixa Econômica abre 16 agências no RN para pagamento do Auxílio Emergencial. Um bom reforço no orçamento doméstico, para aquecer ainda mais as compras.

Ativos

O preço do barril de petróleo voltou a cair para US\$ 40,32 (-0,98%). O dólar variou durante os negócios e fechou a R\$ 5,157, uma leve queda de 0,33%. Já o Ibovespa, no sobe e desce ao sabor das notícias do dia, fechou em queda de 0,56% a 105.009 pontos. No começo no dia o Ibovespa futuro recuava com exterior em dia cheio de balanços e PIB dos EUA.

Desequilíbrio

Nas contas públicas, o Governo tem déficit primário de R\$ 194,7 bilhões em junho. É uma demonstração da gravidade do desequilíbrio entre receitas e despesas com a pandemia, sem incluir os gastos com os **juros** da dívida. Esse rombo é muito maior do que o apurado um ano antes, de R\$ 11,8 bilhões. No primeiro semestre deste ano registraram déficit de R\$ 417,217 bilhões.

Solução da inflação

A inflação pelo IGP-M sobe 2,23% em julho, bem superior ao apurado em junho, quando havia apresentado taxa de 1,56%. Com este resultado, o índice acumula alta de 6,71% no ano e de 9,27% em 12 meses, a ser aplicado aos contratos a partir de 1º de agosto. Os três índices componentes do IGP-M apresentaram aceleração em julho. O IPA, índice de maior peso, registrou forte alta nos preços de importantes commodities: minério de ferro (5,83% para 8,98%), soja (1,43% para 8,89%) e bovinos (3,26% para 8,94%).

Consumidor

O IPC (consumidor) foi diretamente influenciado pela alta de 4,45% no preço da gasolina. O INCC (construção) avançou devido aos acordos coletivos firmados no RJ e em SP que resultaram em alta de 0,92% na mão de obra. Os chamados preços controlados precisam ser contidos.

Lucro

O Bradesco, segundo maior banco privado do

País, registra queda de 40% no lucro a R\$ 3,873 bilhões no segundo trimestre e 2020. Uma "beliscada" do vírus. Mesmo assim, o número veio maior do que a previsão dos analistas. O lucro líquido da Ambev tem queda de 49,3% no 2º trimestre. Já a Vale lucra R\$ 5,3 bi no segundo trimestre.

Recessão

A pandemia do Covid-19 faz a **economia** dos Estados Unidos recuar mais de 30% no 2º trimestre. Contraíu-se no segundo trimestre no ritmo mais acentuado desde a Grande Depressão, por destruir os gastos dos consumidores e das empresas e, o que é pior, a recuperação está sob ameaça de um ressurgimento dos casos de coronavírus.

Emprego

Na Zona do Euro, a taxa de desemprego sobe a 7,8% em junho, como previsto. Em relação a maio, o número de pessoas sem emprego na região teve aumento de 203 mil. A Alemanha tem queda recorde de 10,1% no PIB do 2º trimestre. **Economia** do México tem contração histórica de 17,3% no 2º trimestre.

Serviço

A Uber incluiu a categoria de táxi no aplicativo para ampliar as opções da plataforma. É mais uma etapa na estratégia de ampliar a plataforma da empresa para oferecer mais opções para os usuários, inclusive os clientes corporativos da Uber para Empresas. O Brasil conta ainda com a Uber Boi, do grupo JBS Friboi. São serviços que poderão movimentar toda uma cadeia no segmento automotivo.

Reconhecimento

Pela segunda vez consecutiva, o Grupo 3corações está entre as Melhores Empresas para trabalhar no agronegócio. Em parceria com a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a revista Globo Rural, a Great Place to Work (GPTW) reconhece empresas do agro que mais valorizam seus colaboradores. O Natal Shopping também premiado como a 2ª Melhor Empresa Para Trabalhar no Rio Grande do Norte.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Congresso libera igrejas para contratar crédito subsidiado para pagar salários



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Congresso Nacional incluiu as igrejas entre as instituições que poderão contratar empréstimos subsidiados pelo governo para quitar a folha de pagamento de funcionários durante a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. A medida ainda depende de sanção do presidente Jair Bolsonaro para entrar em vigor. As instituições sem fins lucrativos também foram contempladas. Inicialmente, apenas empresas e cooperativas estavam sob alcance do programa.

Como mostrou o Estadão/Broadcast em maio, parlamentares ligados às igrejas evangélicas pediram apoio da área econômica do governo para conseguir acesso a empréstimos bancários. O assunto chegou a ser levado à época para ao presidente do Banco Central,

Roberto Campos Neto, pelo deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e atual 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados.

A reclamação de parlamentares ligados à bancada evangélica, que compõe a base de sustentação política do presidente, era a de que o governo socorreu grandes empresas, mas não estendeu a mão às igrejas.

No auge da pandemia, as igrejas precisaram fechar as portas para evitar aglomerações e acabaram recolhendo menos dízimo dos seus fiéis. Muitas fizeram campanhas para receber "doação online", até mesmo vindas do exterior. Bolsonaro tentou incluir desde cedo as igrejas como atividades essenciais, para permitir sua reabertura, mas acabou sendo barrado na Justiça. Apenas os decretos de governadores acabaram viabilizando a retomada das atividades religiosas.

Os parlamentares incluíram as organizações religiosas no texto da Medida Provisória 944, que criou o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Por meio dele, é possível contratar empréstimo a uma taxa de **juros** de 3,75% ao ano para o pagamento de quatro meses de salários, limitado a duas vezes o **salário** mínimo (R\$ 2.090) por empregado. O prazo é de 36 meses para o pagamento, sendo que há uma carência de seis meses até o início do vencimento das parcelas.

O Tesouro entrou com R\$ 17 bilhões para bancar a linha, o equivalente a 85% do total à disposição dos interessados em contratar os empréstimos. Os demais 15% serão custeados pelas próprias instituições financeiras participantes. Se houver inadimplência, o risco é

na mesma proporção - ou seja, a União pagará a maior parte da conta.

RN - ECONOMIA

Procurado, o Ministério da **Economia** não respondeu até a publicação deste texto.

A crise levou os bancos a abrirem linhas de financiamento para empresas com taxas de **juros** subsidiadas, com o custo bancado pelo Tesouro Nacional. Diante disso, os parlamentares ligados à bancada evangélica também começaram a pedir "apoio do sistema financeiro".

Hoje, porém, os bancos não costumam conceder empréstimos às igrejas porque elas têm como garantias apenas imóveis e os dízimos dos fiéis. Geralmente, ambos são rejeitados como lastro a essas operações porque são de difícil cobrança em caso de inadimplência. Mesmo no caso dos imóveis, a avaliação é que dificilmente um juiz concederia o bloqueio do bem (onde funciona o templo religioso) porque isso inviabilizaria sua atividade.

Fontes qualificadas do governo ouvidas pela reportagem em maio informaram que a intenção das lideranças religiosas era obter um parecer do Banco Central para que os bancos públicos pudessem conceder os empréstimos.

Na época, o BC não negou nem confirmou o pedido do parecer. "No âmbito da regulação expedida pelo Banco Central ou pelo Conselho Monetário Nacional, o BC informa não haver qualquer vedação normativa para a concessão de empréstimos por instituições financeiras a entidades religiosas ou a instituições sem fins lucrativos", limitou-se a dizer o BC na nota divulgada na ocasião.

MP que permite saque extraordinário do FGTS vai à votação no Senado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada desta quinta-feira (30), a Medida Provisória 946/20, que permite ao trabalhador sacar até R\$ 1.045,00 (um **salário** mínimo) do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A MP também transfere a esse fundo as contas individuais do antigo Fundo PIS-Pasep. A matéria, que perde a vigência no próximo dia 4 de agosto, será enviada ao Senado. O saque extraordinário busca minimizar os efeitos da pandemia de covid-19 sobre a **economia** e, segundo calendário da Caixa Econômica Federal, já começou a ser feito em junho (contas digitais) e julho (em dinheiro ou transferência). O trabalhador poderá retirar o dinheiro até 31 de dezembro de 2020.

A MP foi aprovada na forma do projeto de lei de conversão do deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS). Segundo o texto, esse tipo de saque não exigirá o cumprimento de condições previstas na lei do FGTS para outras retiradas vinculadas a demais estados de calamidade pública, como secas ou enchentes em localidades específicas.

Entretanto, se o trabalhador tiver optado pela modalidade de saque-aniversário, segundo regras criadas em 2019, eventuais valores bloqueados não poderão ser liberados. Esse bloqueio acontece quando a pessoa cede parte do valor de sua conta no fundo como garantia de empréstimo junto a bancos. Caso o beneficiário não se manifeste contrariamente, a Caixa poderá abrir conta digital de poupança em nome dele para depositar o valor. A pessoa poderá, no entanto, pedir a reversão do crédito até 30 de setembro deste ano e realizar transferência a outra conta de sua titularidade sem taxas.

Se o interessado não retirar o dinheiro da conta digital até 30 de novembro de 2020, a quantia retornará à conta do FGTS, mas o trabalhador poderá pedir novamente o saque à Caixa. O banco no qual estiver a conta que receber o dinheiro não poderá usá-lo para quitar eventuais débitos em nome do titular.

De igual forma, a Caixa está autorizada pela MP a creditar o saldo da conta vinculada individual do PIS/Pasep em conta de depósito, conta-poupança ou outro arranjo de pagamento se não houver manifestação prévia em contrário.

Saque-aniversário

Um destaque da base governista retirou do texto

a permissão para o trabalhador sacar o saldo do FGTS se demitido sem justa causa durante o período da pandemia quando já tiver optado pela modalidade de saque-aniversário. Nessa modalidade, o trabalhador pode realizar saques anuais em montantes limitados segundo a faixa de saldo, mas a mudança para a modalidade tradicional (saque na demissão sem justa causa) depende do cumprimento de um intervalo de dois anos após a opção.

Prioridade

Van Hattem aceitou emenda de Plenário para determinar à Caixa dar prioridade de saque àqueles que pediram a retirada do dinheiro devido a desastres naturais e não tiveram o saque aprovado por atraso no reconhecimento, pelo governo federal, da situação de calamidade pública decretada por seu estado ou município. Essa situação de calamidade geralmente é ligada a fatos climáticos, como secas e enchentes, ou mesmo a desastres naturais ou provocados pelo homem.

PIS/Pasep

O Fundo PIS/Pasep reúne valores de contas individuais inativas com depósitos a favor dos servidores públicos e dos trabalhadores que tiveram carteira assinada de 1971 a 1988. A partir de 1989, acabaram as contas individuais, e o dinheiro do PIS-Pasep passou a financiar o seguro-desemprego, o abono anual e outros investimentos. A MP 946/20 transfere para o FGTS os valores dessas contas inativas.

Em 2017, as regras para saque foram ampliadas. Entre outubro de 2017 e setembro de 2018, 16,6 milhões de pessoas (58,3% do público potencial) resgataram R\$ 18,6 bilhões. Desde 2019, o saque pode ser feito a qualquer momento, seja pelo titular ou pelos herdeiros, no caso de falecimento. Neste mesmo ano, as

contas individuais tiveram reajuste de 4,917%.

Com a migração dessas contas para o FGTS, elas serão remuneradas pelas mesmas regras desse fundo, que pagou 5,43% em 2019. Para facilitar o acesso ao dinheiro das contas individuais, a medida provisória garante que os pedidos de saque do FGTS realizados pelo trabalhador serão válidos também para acessar o dinheiro dessas contas. Quem não fizer o saque das contas individuais até 1º de junho de 2025 perderá o dinheiro para o governo federal, pois será considerado abandono de patrimônio.

Nesse tópico, a novidade do texto aprovado pelos deputados é a obrigação de a Caixa de veicular campanha de divulgação dessa nova sistemática de contas e de criar canais específicos de consulta das contas em separado do sistema de consulta do saldo do FGTS.

Complemento

Para os trabalhadores que estejam com seu contrato de trabalho suspenso ou com redução de **salário** e carga horária, conforme regras da Lei 14.020/20, o texto aprovado para a MP permite o saque mensal de valores do FGTS até o montante suficiente para recompor o último **salário** que recebia antes da redução salarial ou suspensão do contrato.

A lei prevê o pagamento, pelo governo federal, de uma parte do valor do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido. O saque do FGTS poderá ocorrer mesmo que o trabalhador receba complementação da empresa e somente durante o período de suspensão ou redução do **salário**.

RN - ECONOMIA

Câmara cancela sessão para votar a Previdência



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Câmara Municipal decidiu, após publicação da portaria da Secretaria Especial da Previdência e do Trabalho, vinculada ao Ministério da **Economia**, que deu novo prazo para emissão de certidão de regularidade previdenciária, até 30 de setembro, cancelar a votação da reforma previdenciária dos servidores públicos de Natal. A sessão extraordinária para apreciação da matéria estava prevista para as 9h30 desta sexta-feira (31).

Prazo para reforma é prorrogado e votação adiada

O presidente do Natalprev, Thiago Marreiros, em esclarecimentos dados aos vereadores, explicou que a reforma previdenciária do

município não implica em amplas mudanças nas atuais regras no sistema previdenciário municipal, pois mesmo elevando de 11% para 14% a alíquota de contribuição dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, o prefeito Álvaro Dias (PSDB) determinou uma faixa de isenção até o nível salarial de R\$ 6,1 mil para os inativos, a exemplo do que ocorreu com a reforma previdenciária federal.

O texto original do Executivo também transfere, da previdência ao município, a responsabilidade pelo pagamento pelos benefícios de incapacidade temporária para o trabalho, **salário**-maternidade, **salário**-família e auxílio-reclusão. O projeto enviado em 30 de abril pelo prefeito Álvaro Dias para votação na CNM, também altera de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

De acordo com a mensagem do Executivo, a avaliação atuarial mais recente é de 2019 e datada de 08 de janeiro deste ano, aponta um superávit de R\$ 116,42 milhões no fundo de capitalização instituído para funcionários que ingressaram no serviço público a partir de 2005, mas em relação ao extinto fundo financeiro dos antigos servidores, havia um déficit atuarial de R\$ 9,8 bilhões, o que obriga o aporte de recursos do tesouro municipal.

O presidente do Natalprev, Thiago Marreiros, informou que já em abril o município tinha de aportar R\$ 16,8 milhões por mês para pagar benefícios. "A Reforma da Previdência, proposta por meio do PLC 04/2020, visa à implementação das alterações de caráter obrigatório e imediato, determinadas pela EC 103/2019, sendo certo que o referido Projeto de Lei Complementar não adentrou na temática da revisão das regras de

aposentação e pensionamento, como idade mínima, tempo de contribuição e, ainda, na alteração de regimes especiais de aposentadoria".

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

PECs adiadas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A votação de duas emendas constitucionais foi adiada ontem na Assembleia Legislativa. Uma trata da reforma da Previdência estadual e outra assegura a transferência direta para os municípios das emendas dos deputados ao orçamento.

A aprovação da retirada de pauta da PEC da Previdência estadual foi definida após oficialização do adiamento do prazo, estabelecido em portaria pelo Ministério da **Economia**, para o ajuste no sistema previdenciário. Anteriormente, o limite se esgotaria no dia 31 de julho e ficou para o fim de setembro. O novo limite foi oficializado através da portaria publicada no Diário Oficial da

União (DOU).

'Agora pretendemos obter novas informações sobre a Proposta de Emenda Constitucional e, com isso, cumprir o novo prazo da portaria para que possamos criar um ambiente e conversar com servidores, sindicatos e entidades envolvidas', declarou o deputado estadual e líder da bancada governista na Assembleia, George Soares (PL).

Sem pressão

Para o deputado Tomba Farias, a decisão da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da **Economia**, ao prorrogar o prazo para a reforma, foi um alívio aos deputados estaduais que se sentiam pressionados para votar a proposta. 'Com essa prorrogação, tenho certeza de que esta Casa, e nós deputados, vamos ter um pouco de alívio da pressão colocada pela imprensa, mídias sociais, federações do comércio, indústria e demais setores', disse Tomba Farias (PSDB). A prorrogação do prazo foi confirmada em um ato publicado no Diário Oficial da União.

Se não houvesse a prorrogação e a reforma não fosse votada, o Estado ficaria inadimplente e não receberia transferências federais voluntárias.

Retirada da pauta

A maioria dos deputados estaduais também decidiu retirar da pauta de votação a proposta de emenda constitucional que autoriza transferência de recursos aos municípios

mediante emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA). 'Quero expressar minha perplexidade diante dessa iniciativa de transformar uma PEC em conflito. Isso é uma manobra que conspira contra os acordos futuros do Poder Legislativo, uma violência ao nosso poder', afirmou Getúlio Rêgo (DEM). O autor da proposta, deputado Tomba Farias (PSDB), se disse surpreso com a proposta de retirada. 'Essa proposta de é para moralização e fortalecimento da Assembleia e vem fortalecer também o municipalismo sem divergência nem polêmica', declarou. O deputado Francisco do PT afirmou que o pedido de retirada não era 'uma manobra' do governo. 'Essa proposta, que nem se aplica mais esse ano, pode ser votada [em outra ocasião]', observou.

Déficit público

As contas do governo federal registraram um rombo de R\$ 417,2 bilhões no primeiro semestre deste ano, o pior resultado para o período desde o início da série histórica, em 1997. No mesmo período do ano passado, o déficit fiscal somou R\$ 29,3 bilhões. Somente em junho deste ano, as contas do governo apresentaram um rombo de R\$ 194,7 bilhões, também o pior resultado mensal da história. No mesmo período do ano passado, o déficit fiscal somou R\$ 11,8 bilhões. Esse é o volume em que as despesas superaram as receitas, sem incluir os gastos com **juros** da dívida pública. Segundo o governo federal, o rombo recorde se deve ao aumento de despesas para combater a pandemia do novo coronavírus (até agora, R\$ 210,6 bilhões) e também à perda de arrecadação com o tombo no nível de atividade e o adiamento no prazo de **tributos**.

Números do desequilíbrio

Com o aumento do resultado negativo no déficit financeiro, o governo federal tem de se endividar cada vez mais para cobrir seus gastos, o que leva a um aumento da dívida pública. A previsão do Ministério da **Economia** é que a dívida bruta do governo geral alcance 98,2% do PIB neste ano. No ano passado, a dívida bruta terminou em R\$ 5,5 trilhões - 75,8% do PIB, o que configurou o primeiro recuo em seis anos.

Críticas à CPMF

O presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, fez duras críticas à volta do imposto em modelo semelhante ao da extinta CPMF, que incide sobre as transações financeiras, indicando ser um retrocesso aos esforços de digitalização feitos até o momento, além de abrir uma brecha para sonegação e potencialmente causar problemas na circulação de moeda no País. "Não me parece que a CPMF ou esse novo imposto que está sendo considerado seja adequado ou bom para o País. Não me parece o mais adequado, íntegro e sadio", afirmou em live da Genial Investimentos. Ele lembrou que a experiência com a CPMF não foi positiva no Brasil, tampouco em qualquer país onde tenha havia tentativa de implementá-la. Acho que sua volta pode acarretar outros problemas de recolhimento de impostos", afirmou ainda.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Toffoli suspende lei do RN que interrompia pagamento de crédito consignado durante a pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: reprodução

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, deferiu medida cautelar em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6484 e 6495) para suspender a eficácia de leis estaduais do Rio Grande do Norte (RN) e do Rio de Janeiro (RJ) que interromperam o pagamento de contratos de crédito consignado em decorrência da pandemia da Covid-19. Segundo o ministro, as normas, a pretexto de estabelecer medida de contrapartida social em razão do isolamento social experimentado pelos servidores públicos,

adentraram em matéria de Direito Civil, de competência privativa da União. As decisões cautelares serão submetidas ao referendo do Plenário.

As duas ADIs foram ajuizadas pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif). Na ADI 6484, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, o objeto é a Lei estadual 10.733/2020 do Rio Grande do Norte, que suspendeu por até 180 dias a cobrança das consignações voluntárias contratadas pelos servidores públicos estaduais com instituições financeiras não cooperativas. Já a ADI 6495, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, contesta a Lei estadual 8.842/2020 do Rio de Janeiro, que autorizou o Poder Executivo a suspender pelo prazo de 120 dias os descontos das mensalidades dos empréstimos celebrados e de empréstimos consignados.

Toffoli observou que tanto a lei do RN, ao determinar a transferência das parcelas em aberto para o final dos contratos sem a incidência de **juros** e multa, quanto a norma do RJ, quando pretendeu incrementar a circulação de renda em âmbito estadual para estimular o crescimento da **economia** fluminense, se projetam sobre campo de incidência temático reservado à União, o que implica rearranjo da política de crédito (artigo 22, inciso VII, da Constituição Federal).

O presidente do STF solicitou informações ao governador do Estado do Rio de Janeiro e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Após, determinou vista, sucessivamente, no prazo de três dias, ao

advogado-geral da União e ao procurador-geral da República. As decisões tiveram como base o artigo 13, inciso VIII, do Regimento Interno do STF, que autoriza o presidente a decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias.

STF

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Toffoli suspende lei do RN que interrompia pagamento de crédito consignado durante a pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, deferiu medida cautelar em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6484 e 6495) para suspender a eficácia de leis estaduais do Rio Grande do Norte (RN) e do Rio de Janeiro (RJ) que interromperam o pagamento de contratos de crédito consignado em decorrência da pandemia da Covid-19. Segundo o ministro, as normas, a pretexto de estabelecer medida de contrapartida social em razão do isolamento social experimentado pelos servidores públicos, adentraram em matéria de Direito Civil, de competência privativa da União. As decisões cautelares serão submetidas ao referendo do

Plenário.

As duas ADIs foram ajuizadas pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif). Na ADI 6484, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, o objeto é a Lei estadual 10.733/2020 do Rio Grande do Norte, que suspendeu por até 180 dias a cobrança das consignações voluntárias contratadas pelos servidores públicos estaduais com instituições financeiras não cooperativas. Já a ADI 6495, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, contesta a Lei estadual 8.842/2020 do Rio de Janeiro, que autorizou o Poder Executivo a suspender pelo prazo de 120 dias os descontos das mensalidades dos empréstimos celebrados e de empréstimos consignados.

Toffoli observou que tanto a lei do RN, ao determinar a transferência das parcelas em aberto para o final dos contratos sem a incidência de **juros** e multa, quanto a norma do RJ, quando pretendeu incrementar a circulação de renda em âmbito estadual para estimular o crescimento da **economia** fluminense, se projetam sobre campo de incidência temático reservado à União, o que implica rearranjo da política de crédito (artigo 22, inciso VII, da Constituição Federal).

O presidente do STF solicitou informações ao governador do Estado do Rio de Janeiro e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Após, determinou vista, sucessivamente, no prazo de três dias, ao advogado-geral da União e ao procurador-geral da República. As decisões tiveram como base o artigo 13, inciso VIII, do Regimento Interno do STF, que autoriza o presidente a decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Plástico nos oceanos pode chegar a 600 milhões de toneladas em 2040



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Caso não sejam tomadas medidas urgentes e de impactos ambientais e financeiros, o volume de plástico existente no **mercado** dobrará, o volume anual do produto que entra no oceano subirá de 11 milhões de toneladas, em 2016, para 29 milhões de toneladas, em 2040, e a quantidade nos oceanos quadruplicará, atingindo, no mesmo período, mais de 600 milhões de toneladas.

A projeção foi feita pelo estudo Breaking the Plastic Wave (Quebrando a Onda dos Plásticos, em tradução livre), publicado este mês pela Pew Charitable Trusts e a Systemiq e feito em parceria pela Fundação Ellen MacArthur, Universidade de Oxford, Universidade de Leeds

e Common Seas.

Os 29 milhões de toneladas de plástico que poderão entrar nos oceanos em 2040 representarão 100% de emissão de gases de efeito estufa, envolvendo um cenário sem mudanças na cultura ou no comportamento do consumidor. O custo líquido desse vazamento é estimado em US\$ 940 bilhões por ano.

Em entrevista por e-mail à Agência Brasil, o líder da iniciativa Nova **Economia** do Plástico, criada em 2016 pela Fundação Ellen MacArthur, Sander Defruyt, explicou que o cenário descrito no estudo é uma projeção do que pode ocorrer caso o cenário permaneça como está. 'Ele revela o quanto é poluente e desperdiçador o atual sistema e reforça a necessidade de uma mudança. A transição para uma **economia** circular do plástico poderia gerar **economia** anual estimada em US\$ 200 bilhões, em comparação ao cenário atual, além dos benefícios ambientais e climáticos'.

Solução prévia

Para a idealizadora da fundação, Ellen MacArthur, a solução tem que ser encontrada muito antes que o plástico chegue aos oceanos. Ela reiterou que uma mudança em direção a uma **economia** circular, com a máxima redução do uso do plástico, da coleta e reciclagem, e a substituição do produto sempre que possível, permitiria que, até 2040 o volume que entra nos oceanos caísse para 5 milhões de toneladas por ano.

O custo líquido total para todo o sistema, que

abrange desde a matéria-prima até a produção e o gerenciamento pós-uso, seria reduzido para US\$ 740 bilhões. Considerando dados de 2016, que indicam um vazamento de 11 milhões de toneladas de plástico nos oceanos, a redução seria de 52%. A emissão de gases poluentes na atmosfera diminuiria para 75% ao ano.

A **economia** circular é um conceito econômico que faz parte do desenvolvimento sustentável. É uma nova forma de pensar o futuro e como nos relacionamos com o planeta, dissociando o crescimento econômico e o bem-estar humano do consumo crescente de novos recursos.

Fonte: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senac RN realiza live sobre estratégias para o varejo nas plataformas digitais



tecnologias disponíveis, as transformações digitais e novos hábitos de consumo no pós-pandemia Covid-19.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Dando continuidade na série de lives realizadas semanalmente dentro do Programa Assistência Digital Empresarial, o **Senac** RN promove nesta quinta-feira (30), a partir das 19h30, uma transmissão ao vivo com a participação do presidente da CDL Jovem Natal e especialista em vendas no varejo, Matheus Mascena e mediação do instrutor e consultor do programa, Jhonnatan Oliveira.

A live acontecerá no perfil da instituição no Instagram (@senac_rn) e irá abordar sobre as novas oportunidades e tendências para um varejo mais digital. Líder do projeto nacional INOVA VAREJO, Matheus trará suas experiências e estudos na área, enfatizando as

Gestantes assistidas pelo programa Cidadão-Bebê na LBV recebem enxovais no enfrentamento à pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jair Sampaio

A Legião da Boa Vontade - LBV, na capital potiguar, desenvolve no Centro Comunitário de Assistência Social no Bairro Dix-Sept Rosado, dezenas de serviços as comunidades em

vulnerabilidade social, entre eles, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, Cidadão-Bebê, que assiste mulheres gestantes em situação de pobreza. Em tempos normais, as gestantes participam de muitas atividades presenciais na unidade da instituição, como o desenvolvimento gestacional e infantil, como também a autonomia da mulher.

A gestação chegando aos oito meses cada gestante é presenteada com um enxoval completo, doados por colaboradores. Na última terça-feira, 28 de julho, 15 (quinze) gestantes receberam seus enxovais, composto por fraldas de pano e descartáveis; macacão; toalha de banho; meias; camisetas; conjunto de berço; manta; conjunto mijão; fraldas de tecido e descartáveis; além de kit de higiene para a mulher, e seu bebê.

Os serviços presenciais da LBV estão suspensos devido a pandemia, contudo a Instituição, com o apoio da sociedade brasileira e de Natal, estão em uma força tarefa de Solidariedade para suprir as famílias assistidas em seus serviços com cestas de alimentos e kits de material de limpeza. A ação da LBV, antes da pandemia, era entregue diretamente a gestante participante do serviço da Instituição. Porém, com a situação atual, as gestantes fazem parte do grupo de risco, com isso, a LBV, pediu que cada uma enviasse um parente para ser seu portador.

Ana Clea Ferreira da Silva, com marido desempregado, conta com a ajuda da sogra, família e da LBV. Esperando seu quarto filho, ficou emocionada quando recebeu o presente

para seu bebê. 'Quando vi o presente foi uma felicidade imensa, em saber que o bebê vai ter roupinhas, fraldas e outros itens para usar é uma felicidade enorme. Quero agradecer a todos que colaboraram. Vocês recebam a nossa gratidão por ajudar uma mãe e um pai desempregado, com quatro filhos, só temos que agradecer pedindo a Deus muitas bênçãos a todos', declara.

Nessa ação do Cidadão Bebê, a LBV, contou com a mobilização da advogada Rejane Galdino, que reuniu um grupo de amigos e arrecadaram os itens que compõem os enxovais. O **Mesa Brasil**, também apoia a iniciativa, contribuindo na doação de fraldas descartáveis. 'É difícil resumir em palavras, mas a sensação que tenho, é que fazer o bem, é muito bom e saber que de forma muito singela, contribuimos com a felicidade dessas mães na construção de um mundo melhor para essas crianças, que estão chegando em um momento de pandemia. Feliz em poder colaborar com uma causa tão nobre. Me sinto agradecida a Deus por ser madrinha do grupo', declarou a advogada Rejane Galdino.

A engenheira Elisângela Lemos, amiga da advogada Rejane, se juntou a mobilização solidária e esteve presente na entrega dos enxovais. 'Agradeço a Deus, por ter conhecido uma família tão séria e linda que é a LBV. A vida não ? só ganhar, faturar, guardar, até por que dela nada levamos. A vida se torna mais leve e feliz quando ajudamos ao próximo, sem nada em troca, quando arrancamos sorriso no rosto de alguém, e principalmente, quando fazemos o bem sem olhar a quem. Deixo esse relato, para que mais pessoas possam ajudar da melhor forma que puderem', afirma. A Solidariedade não pode parar! Ela é

fundamental para que mais pessoas se previnam desse vírus e tenham condições de enfrentarem com força e saúde.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

Senac/RN: Entidade realiza 'live' sobre estratégias para o varejo nas plataformas digitais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Reprodução

Dando continuidade na série de lives realizadas semanalmente dentro do Programa Assistência Digital Empresarial, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do RN (**Senac/RN**) promove nesta quinta-feira (30), a partir das 19h30, uma transmissão ao vivo com a participação do presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL_ Jovem Natal e especialista em vendas no varejo, Matheus Mascena e mediação do instrutor e consultor do programa, Jhonattan Oliveira.

A live acontecerá no perfil da instituição no Instagram (@senac_rn) e irá abordar sobre as novas oportunidades e tendências para um varejo mais digital, diz informação da assessoria de imprensa do **Senac** potiguar.

Líder do projeto nacional Inova Varejo, Matheus Mascena trará suas experiências e estudos na área, enfatizando as tecnologias disponíveis, as transformações digitais e novos hábitos de consumo no pós-pandemia da COVID-19.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN